



BOLETIM OFICIAL

ÍNDICE	
PARTE B	ASSEMBLEIA NACIONAL:
	<i>Secretaria-Geral:</i>
	Extracto de despacho n.º 298/2017:
	Concedendo licença sem vencimento a Adelino Rodrigues Barbosa Vicente, condutor auto ligeiro do quadro do pessoal da Assembleia Nacional..... 381
	Extracto de despacho n.º 299/2017:
	Promovendo os secretários parlamentares de 2ª classe, referência 7, classificados em concurso..... 381
PARTE C	PROVEDORIA DA JUSTIÇA:
	<i>Gabinete do Provedor:</i>
	Extracto de despacho n.º 300/2017:
	Dando por finda, a comissão de serviço de Mafaldo de Jesus Varela de Carvalho no cargo de assessor de S. Ex.ª o Provedor de Justiça..... 381
Extracto de despacho n.º 301/2017:	
Requisitando Jeiza Lucena Cardoso Barbosa Tavares para, em comissão de serviço exercer o cargo de Diretora-geral de Apoio Técnico e Administrativo na Provedoria de Justiça..... 381	
PARTE C	CHEFIA DO GOVERNO:
	<i>Secretaria Geral do Governo:</i>
	Republicação n.º 51/2017:
Retificando a Resolução n.º 12/2017 que nomeia os membros que integram o Conselho de Administração da Sociedade Nacional de Engenharia Rural e Florestal – SONERF, publicada no <i>Boletim Oficial</i> n.º 10, II Série de 2 de março de 2017..... 382	
Rectificação n.º 52/2017:	
Retificando o quadro de lista de pessoal reafectado à Chefia do Governo publicado no <i>Boletim Oficial</i> II Série n.º 10, de 2 de março de 2017..... 382	

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E MINISTÉRIO DA ECONOMIA E EMPREGO:***Gabinete dos Ministros:*****Despacho conjunto n.º 18/2017:**

Criando um regime legal transitório aplicável às empresas que tiveram o estatuto de empresas francas e exportadoras e que continuam ativas..... 382

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS:***Direcção Nacional da Administração Pública:*****Extracto de despacho n.º 302/2017:**

Aposentando Bebiano Veiga Moniz professor do ensino básico assistente, do quadro de pessoal do Ministério da Educação..... 383

Extracto de despacho n.º 303/2017:

Fixando pensão de sobrevivência a Juliana Gomes Oliveira, na qualidade de cônjuge sobrevivente de Roberto Sanches Pereira, ex-guarda florestal. 383

Extracto de despacho n.º 304/2017:

Fixando pensão de sobrevivência a Orlanda Regina Duarte Monteiro, na qualidade de cônjuge sobrevivente de Manuel João Monteiro, ex-guarda florestal. 383

Extracto de despacho n.º 305/2017:

Aposentando Mário dos Reis Correia Gonçalves, professor do posto escolar, do quadro de pessoal do Ministério da Educação..... 383

Extracto de despacho n.º 306/2017:

Aposentando Noemi Pires Monteiro de Freitas, ex-técnica de exploração, do quadro de pessoal do Correios de Cabo Verde, S.R.A.L..... 383

Extracto de despacho n.º 307/2017:

Aposentando Elia Filomena dos Santos Semedo da Silva Rodrigues, ex-trabalhadora jornaleira, do quadro de pessoal da Direcção Regional de Santiago das Obras Públicas. 383

Extracto de despacho n.º 308/2017:

Fixando pensão de sobrevivência a Maria de Lurdes Fernandes Carvalho Semedo, na qualidade de cônjuge sobrevivente de Fernando Carvalho Semedo, ex-trabalhador jornaleiro. 384

Extracto de despacho n.º 309/2017:

Aposentando Domingos dos Ramos Rodrigues, professor do ensino básico assistente nível I, do quadro de pessoal do Ministério da Educação..... 384

Extracto de despacho n.º 310/2017:

Aposentando Maria Lucete Oliveira Lopes Alves, professor do ensino básico assistente, do quadro de pessoal do Ministério da Educação..... 384

Extracto de despacho n.º 311/2017:

Reenquadrando Romeu Fonseca Modesto, no cargo de técnico especialista nível I 384

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E EMPREGO E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS:***Gabinete dos Ministros:*****Despacho conjunto n.º 19/2017:**

Atribuindo o Estatuto de Utilidade Turística de Instalação ao Estabelecimento “APART HOTEL PALACE”. 384

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E EMPREGO:***Gabinete do Ministro:*****Despacho n.º 20/2017:**

Delegando à DGPOG - Diretor Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão, na pessoa de Francisco Rocha Moreira, poderes para autorizar despesas de deslocação de funcionários devidamente autorizados em missão de serviço interurbano e inter-lhas..... 385

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E TRABALHO:***Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:*****Extracto de despacho n.º 312/2017:**

Nomeando os oficiais 4.º ajudantes 384

PARTE D

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA:

Conselho Superior do Ministério Público:

Extracto de deliberação nº 18/CSMP/2016/2017:

Concedendo licença de longa duração, ao Procurador da República de 1ª classe Evandro Assunção Lopes de Carvalho..... 386

Extracto de deliberação nº 20/CSMP/2016/2017:

Tornando público a lista de antiguidade dos Magistrados do Ministério Público com referência a 31 de dezembro de 2016..... 386

Extracto de deliberação nº 21/CSMP/2016/2017:

Tornando público a lista de antiguidade dos Oficiais de Justiça afetos ao Ministério Público com referência a 31 de dezembro de 2016..... 389

Extracto de deliberação nº 22/CSMP/2016/2017:

Colocando, por permuta os oficiais de diligências, Andreia Leal dos Reis, na Procuradoria da República da Comarca da Praia e Florbela de Jesus Mendes da Cunha, na Procuradoria da República da Comarca de Santa Catarina..... 392

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA JUDICIAL:

Secretaria:

Extracto de deliberação:

Tornando público a lista de antiguidade dos Magistrados Judiciais com referência a 31 de dezembro de 2016..... 392

Extracto de deliberação:

Tornando público a lista de antiguidade dos juizes adjuntos do quadro da magistratura judicial reportada à data de 31 de dezembro de 2016..... 395

Extracto de despacho n.º 01/2017:

Nomeando Alicia Amariles Almada dos Santos, para desempenhar as funções de técnica nível I, na Direção dos Serviços Administrativos e Financeiros do Conselho Superior da Magistratura Judicial..... 396

Extracto de despacho n.º 02/2017:

Nomeando José Jorge Vieira Moreira, para, em regime de contrato de trabalho a termo certo, exercer o cargo de técnico nível I, da Direção dos Recursos Humanos e Informação Jurídica do Conselho Superior da Magistratura Judicial..... 396

PARTE E

AUTORIDADE REGULADORA DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS:

Conselho de Administração:

Retificação nº 53/2017:

Retificando a publicação feita no *Boletim Oficial* nº 10, II Série, de 2 de Março, referente a comunicação de regresso ao quadro de origem de Manuel Mendes Garcia..... 396

PARTE G

MUNICÍPIO DA BRAVA:

Câmara Municipal:

Aviso nº 9/2017:

Notificando, Carlos Andrade Rodrigues, apoio operacional nível III, da Câmara Municipal da Brava de que lhe foi instaurado um processo disciplinar por abandono de lugar..... 396

MUNICÍPIO DA PRAIA:

Câmara Municipal:

Deliberação nº 53/2016:

Autoriza a Câmara Municipal da Praia a ceder tractos de terrenos em Meio de Achada de Santo António, Ponta de Água, Pau de Bandeira e Sentina Nhu Domingo no Plateau, ao Grupo KHYM NEGOCE LDA, para a requalificação de zonas urbanas degradadas, em regime de parceria público-privada..... 396

Deliberação nº 04/2017:

Dá por finda a comissão de serviço de Emarilis Euda de Fátima Chantre Lopes, no cargo de Chefe de Divisão de Gestão dos Espaços Públicos na Direção de Infraestruturas e Transportes..... 399

MUNICÍPIO DO PORTO NOVO:

Câmara Municipal:

Extracto de deliberação nº 05/2017:

Nomeando em regime de substituição Maria do Rosário Silva Lopes para o exercício do cargo de Diretora do Planeamento, Orçamento e Gestão..... 399

Extracto de deliberação nº 06/2017:

Nomeando em regime de substituição Orlando Mário Conceição Fonseca, para o exercício do cargo de Diretor do Ordenamento do Território, Urbanismo e Obras..... 399

Extracto de deliberação nº 07/2017:

Nomeando em regime de substituição Elísio Almeida Santos, para o exercício do cargo de Diretor do Ambiente, Saneamento, Energia e Proteção Civil..... 399

Extracto de deliberação nº 08/2017:

Nomeando em regime de substituição Delson Fernandes Delgado Neves, para o exercício do cargo de Diretor de Inclusão Social, Família e Saúde..... 399

Extracto de deliberação nº 09/2017:

Nomeando em regime de substituição Jorge de Fátima Veríssimo Pires, para o exercício do cargo de Diretor do Serviço Autónomo de Água e Saneamento..... 400

MUNICÍPIO DA RIBEIRA BRAVA:**Câmara Municipal:****Deliberação nº 08/2016:**

Nomeando Emanuel Almeida Cabral, para exercer, em comissão ordinária de serviço, o cargo de Director do Gabinete de Cooperação e Planeamento. 400

Deliberação nº 10/2016:

Nomeando Ercilia Maria Nascimento Lopes, para exercer, em comissão ordinária de serviço, o cargo de Directora do Gabinete Técnico. 400

Extracto de despacho nº 313/2017:

Dando por finda a comissão de serviço de Dóris J. Pires da Luz, como assessora do Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava. 400

Extracto de despacho nº 314/2017:

Dando por finda a comissão de serviço de Jacinto Borges, condutor pessoal do Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava, regressando ao cargo de origem como pessoal de apoio operacional. 400

Extracto de despacho nº 315/2017:

Dando por finda a comissão de serviço de Natalina Fortes Silva, como Directora do Gabinete do Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava, regressando ao cargo de origem como técnico sénior..... 400

Extracto de despacho nº 316/2017:

Dando por finda a comissão de serviço de Vivalda Donanciana de Brito Duarte, como secretária pessoal do Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava. 400

Extracto de despacho nº 317/2017:

Rescindido o contrato de trabalho com Sandro Soares do Rosário, extinguindo assim a relação jurídico-laboral com a Câmara Municipal da Ribeira Brava..... 400

Extracto de despacho nº 318/2017:

Nomeando Alicia do Monte Lopes da Silva, para exercer, em comissão ordinária de serviço, nível I, o cargo de secretária pessoal do Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava..... 400

Extracto de despacho nº 319/2017:

Nomeando Jacinto Ramos Borges para exercer, em comissão ordinária de serviço, o cargo de condutor pessoal do Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava. 400

Extracto de despacho nº 320/2017:

Nomeando Fernando Jorge Brito Fidalga, para exercer, em comissão ordinária de serviço, nível III, o cargo de Director do Gabinete do Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava..... 400

Extracto de despacho nº 321/2017:

Nomeando Maria de Jesus Silva Conceição, para exercer, em comissão ordinária de serviço o cargo de assessora do Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava. 401

Extracto de despacho nº 322/2017:

Dando por finda a comissão de serviço de Josefa Helena Gomes da Graça, como chefe de Divisão dos Recursos Humanos..... 401

Extracto de despacho nº 323/2017:

Dando por finda a comissão de serviço de Armando da Cruz Zego, como chefe de secção nível I, da oficina mecânica do Gabinete Técnico..... 401

Extracto de despacho nº 324/2017:

Dando por finda a comissão de serviço de Felipa Maria Duarte, como chefe de secção nível I, dos impostos taxas e licenças..... 401

Extracto de despacho nº 325/2017:

Dando por finda a comissão de Jovenal Neves Gonçalves, como chefe de Divisão do Património. 401

Extracto de despacho nº 326/2017:

Dando por finda a comissão de serviço de Adjuto Gomes de Sousa Ramos, como diretor do Gabinete Técnico da Câmara Municipal..... 401

MUNICÍPIO DE SÃO SALVADOR DO MUNDO:**Câmara Municipal:****Extracto de despacho nº 327/2017:**

Concedendo licença sem vencimento a Fernando Monteiro de Carvalho, técnico sénior nível I, da Câmara Municipal de São Salvador do Mundo..... 401

Extracto de despacho nº 328/2017:

Concedendo licença sem vencimento a Jair Mendes Landim, apoio operacional nível II, da Câmara Municipal de São Salvador do Mundo..... 401

ASSEMBLEIA NACIONAL:**Secretaria Geral:****Anúncio de concurso nº 10/2017:**

Tornando público a lista provisória dos candidatos ao concurso de ingresso para o preenchimento de uma vaga de pessoal de apoio operacional nível II, ex-técnico profissional de 2º nível, para a área de som da divisão de redacção e audiovisual, da Direcção de Serviços Parlamentares. 402

MUNICÍPIO DO MAIO:**Câmara Municipal:****Anúncio de concurso nº 11/2017:**

Anunciando o concurso para recrutamento de um técnico nível I para área dos Recursos Humanos..... 402

PARTE I 1

PARTE B**ASSEMBLEIA NACIONAL****Secretaria-Geral**

Extracto de despacho nº 298/2017 – De S. Ex^a o Primeiro Vice-Presidente da Assembleia Nacional, no uso das competências delegadas por despacho de S. Ex^a o Presidente da Assembleia Nacional:

De 18 de janeiro de 2017:

Adelino Rodrigues Barbosa Vicente, condutor auto ligeiro, referência 2, escalão C, do quadro do pessoal da Assembleia Nacional, concedida licença sem vencimento por um período de 1 (um) ano, nos termos do artigo 48º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de março, com efeitos a partir de 21 de julho de 2016.

Extracto de despacho nº 299/2017 – De S. Ex^a o Primeiro Vice-Presidente da Assembleia Nacional, no uso das competências delegadas por despacho de S. Ex^a o Presidente da Assembleia Nacional:

De 14 de fevereiro de 2017:

Claudina Pereira Ramos Semedo, secretária parlamentar de 3ª classe, referência 6, escalão B, do quadro do pessoal da Assembleia Nacional, candidata classificada em concurso, promovida nos termos do artigo 11º e da alínea c) do nº 2 do artigo 20º da Lei nº 4/VI/2001, de 17 de dezembro, para secretária parlamentar de 2ª classe, referência 7, escalão B.

Fátima Jorge Vaz, secretária parlamentar de 3ª classe, referência 6, escalão C, do quadro do pessoal da Assembleia Nacional, candidata classificada em concurso, promovida nos termos do artigo 11º e da alínea c) do nº 2 do artigo 20º da Lei nº 4/VI/2001, de 17 de dezembro, para secretária parlamentar de 2ª classe, referência 7, escalão C.

Maribel Amélia Monteiro da Rosa, secretária parlamentar de 3ª classe, referência 6, escalão A, do quadro do pessoal da Assembleia Nacional, candidata classificada em concurso, promovida nos termos do artigo 11º e da alínea c) do nº 2 do artigo 20º da Lei nº 4/VI/2001, de 17 de dezembro, para secretária parlamentar de 2ª classe, referência 7, escalão A.

Ângela Cristina dos Santos Araújo, secretária parlamentar de 3ª classe, referência 6, escalão D, do quadro do pessoal da Assembleia Nacional, candidata classificada em concurso, promovida nos termos do artigo 11º e da alínea c) do nº 2 do artigo 20º da Lei nº 4/VI/2001, de 17 de dezembro, para secretária parlamentar de 2ª classe, referência 7, escalão D.

Raquel Isabel Semedo Tavares, secretária parlamentar de 3ª classe, referência 6, escalão A, do quadro do pessoal da Assembleia Nacional, candidata classificada em concurso, promovida nos termos do artigo 11º e da alínea c) do nº 2 do artigo 20º da Lei nº 4/VI/2001, de 17 de dezembro, para secretária parlamentar de 2ª classe, referência 7, escalão A.

Isabel Nazaré Dias de Pina, secretária parlamentar de 3ª classe, referência 6, escalão C, do quadro do pessoal da Assembleia Nacional, candidata classificada em concurso, promovida nos termos do artigo 11º e da alínea c) do nº 2 do artigo 20º da Lei nº 4/VI/2001, de 17 de dezembro, para secretária parlamentar de 2ª classe, referência 7, escalão C.

Marcelino Lopes dos Reis Monteiro, secretário parlamentar de 3ª classe, referência 6, escalão D, do quadro do pessoal da Assembleia Nacional, candidato classificado em concurso, promovido nos termos do artigo 11º e da alínea c) do nº 2 do artigo 20º da Lei nº 4/VI/2001, de 17 de dezembro, para secretário parlamentar de 2ª classe, referência 7, escalão D.

Maria José Mendes Cardoso, secretária parlamentar de 3ª classe, referência 6, escalão B, do quadro do pessoal da Assembleia Nacional, candidata classificada em concurso, promovida nos termos do artigo 11º e da alínea c) do nº 2 do artigo 20º da Lei nº 4/VI/2001, de 17 de dezembro, para secretária parlamentar de 2ª classe, referência 7, escalão B.

Irelândia Fernandes Souto Amado, secretária parlamentar de 3ª classe, referência 6, escalão B, do quadro do pessoal da Assembleia Nacional, candidata classificada em concurso, promovida nos termos do artigo 11º e da alínea c) do nº 2 do artigo 20º da Lei nº 4/VI/2001, de 17 de dezembro, para secretária parlamentar de 2ª classe, referência 7, escalão B.

Zenaida Maria dos Santos Alfama Tavares Évora, secretária parlamentar de 3ª classe, referência 6, escalão F, do quadro do pessoal da Assembleia Nacional, candidata classificada em concurso, promovida nos termos do artigo 11º e da alínea c) do nº 2 do artigo 20º da Lei nº 4/VI/2001, de 17 de dezembro, para secretária parlamentar de 2ª classe, referência 7, escalão F.

Lina Maria Cardoso Varela, secretária parlamentar de 3ª classe, referência 6, escalão B, do quadro do pessoal da Assembleia Nacional, candidata classificada em concurso, promovida nos termos do artigo 11º e da alínea c) do nº 2 do artigo 20º da Lei nº 4/VI/2001, de 17 de dezembro, para secretária parlamentar de 2ª classe, referência 7, escalão B.

As despesas têm cabimento no código 02.01.01.03.06 do orçamento privativo da Assembleia Nacional. – (Isento do visto do Tribunal de Contas).

Secretaria-Geral da Assembleia Nacional, na Praia, aos 14 de fevereiro de 2017. – A Secretária-Geral, *Marlene Brito Barreto Almeida Dias*.

—oço—

PROVEDORIA DA JUSTIÇA**Gabinete do Provedor**

Extrato de despacho nº 300/2017 – De S. Ex^a o Provedor de Justiça:

De 6 de março de 2017:

É dada por finda, a seu pedido a comissão de serviço de Mafaldo de Jesus Varela de Carvalho, no cargo de assessor de S. Ex^a o Provedor de Justiça, ao abrigo do artigo 8º, do Decreto-Lei nº 49/2014, de 10 de setembro, com efeitos a partir de 1 de março de 2017

Extrato de despacho nº 301/2017 – De S. Ex^a o Provedor de Justiça:

De 6 de março de 2017:

Jeiza Lucena Cardoso Barbosa Tavares, professora do ensino secundário nível III, em funções na Delegação do Ministério da Educação da Praia, requisitada para, em comissão de serviço, desempenhar o cargo de Diretora-geral de Serviços de Apoio Técnico e Administrativo na Provedoria de Justiça, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 4º, conjugado com os nºs 8 e 9 do artigo 8º do Decreto-Lei nº 54/2009, de 7 de dezembro, com efeitos a partir de 1 de março de 2017.

Gabinete do Provedor de Justiça, na Praia, aos 7 de março de 2017. – O Diretor de Gabinete, *Fernando Jorge Barbosa Ferro*.

PARTE C**CHEFIA DO GOVERNO****Secretaria Geral do Governo****Republicação nº 51/2017**

Por ter saído de forma inexata a Resolução nº 12/2017 que nomeia os membros que integram o Conselho de Administração da Sociedade Nacional de Engenharia Rural e Florestal – SONERF, publicada no *Boletim Oficial* n.º 10, II Série de 2 de março de 2017, junto remetemos, para retificação seguida de republicação na íntegra.

Resolução nº 12/2017 (II Série)**de 2 de março**

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 93.º da Lei n.º 42/VII/2009, de 27 de julho, repristinado pelo artigo 2.º da Lei n.º 1/IX/2016, de 11 de agosto, conjugado com o n.º 1 do artigo 23.º do Decreto-lei n.º 59/2014, de 4 de novembro e o artigo 8.º do Decreto-lei n.º 7/2013, de 11 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 53/2013, de 26 de dezembro; e

Nos termos do n.º 2 do artigo 265.º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1.º**Nomeação**

São nomeados os seguintes membros para integrarem o Conselho de Administração da Sociedade Nacional de Engenharia Rural e Florestal – SONERF:

- a) José David dos Reis Brito, Pós-graduado em Gestão Empresarial, para em comissão de serviço ordinário, exercer as funções de Presidente do Conselho de Administração.
- b) Manuel José Osório Correia Silva, Mestre em Ciências Económicas, para em comissão de serviço ordinário exercer as funções de Administrador Executivo do Conselho de Administração.
- c) Arnaldo Emiliano dos Reis Tavares, Mestre em Engenharia Eletrotécnica e de Computadores, para em comissão de serviço ordinário exercer as funções de Administrador não Executivo do Conselho de Administração

Artigo 2.º**Entrada em vigor**

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho de Ministros de 16 de fevereiro de 2017.

O Primeiro-ministro, *José Ulisses de Pina Correia e Silva*

Secretaria Geral do Governo, na Praia, aos 6 de março de 2017.
– A Secretária Geral, *Erodina Monteiro*.

Rectificação nº 52/2017

Foi publicada no *Boletim Oficial* II Série, nº 10, de 2 de março de 2017, o despacho nº 06/2017, de 15 de fevereiro de S. Ex.º o Primeiro Ministro sobre reafecção do pessoal do Extinto Ministério da Juventude, pelo que se manda retificar o quadro de pessoal reafectado à Chefia do Governo, anexa ao despacho:

Reafecção nos termos do artigo 24º do Decreto-Lei nº54/2009, de 7 de dezembro na Chefia do Governo Funcionamento - Pessoal contratado			
ORD	NOME	CARGO	VINCULO
2	Arrigo Gomes Costa	Técnico I	Contrato
3	Jacinto de Pina Andrade	Condutor III	Contrato

Secretaria Geral do Governo, na Praia, aos 6 de março de 2017.
– A Secretária Geral, *Erodina Monteiro*.

**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
E MINISTÉRIO DA ECONOMIA
E EMPREGO****Gabinete dos Ministros****Despacho conjunto nº 18/2017**

Considerando que o Decreto-Legislativo nº 1/2011, de 31 de janeiro, que criou o CIN - Centro Internacional de Negócios - entretanto alterado pelo Decreto-lei nº 38/2013, de 2 de outubro, não foi até agora implementado;

Atendendo que todo o estabelecido no novo regime do CIN veio revogar a Lei nº 99/IV/93 de 31 de dezembro, que regulamentava o Regime Jurídico das Empresas Francas, sem que se tivesse previsto um regime transitório aplicável até à efectiva implementação do CIN;

Atendendo ainda a que, com isso, as empresas que anteriormente se regiam pelo regime das empresas francas e novos empreendimentos orientados para a exportação, passaram a ser tidas, contra a sua própria natureza, como empresas industriais, sujeitas portanto ao regime geral;

Acabou por se criar uma situação em que empresas anteriormente sujeitas a um regime fiscal especial (de empresas francas e exportadoras), claramente favorável, e obrigadas a procedimentos administrativos, mormente aduaneiros, consentâneos com a sua situação específica, se viram, de um momento para o outro, e sem qualquer período de transição, sujeitas ao regime geral de tributação além de terem tido que se adaptar aos procedimentos legais gerais aplicáveis às empresas importadoras e/ou comerciais a laborar no mercado.

Neste particular, realça-se que, uma vez que passaram a ser consideradas empresas industriais, a estar sujeitas às mesmas exigências no que tange ao preenchimento dos requisitos legais para a importação e exportação que as demais empresas a operar no mercado nacional, quando na verdade os produtos que importam nunca chegam a ser consumidos no mercado interno. Daí que se torne evidente que sujeitá-las às exigências gerais para obtenção do TCE (Título de Comercio Externo) e à prestação de caução tratando-se de empresas com entrepostos privados de armazenagem (afiançados), conforme previsto no Código Aduaneiro é contrário ao princípio que esteve na gênese da sua criação.

Constata-se, pois, que esta situação de vazio legal criado com a revogação do regime das empresas francas e exportadoras e a não implementação do novo regime legal do CIN, vem pôr em risco a continuidade de empresas, todas devidamente identificadas, o que a breve trecho poderá resultar no seu fecho com graves prejuízos para o emprego e a economia nacional no seu todo.

Assim, para se ultrapassar esta situação e com o intuito de criar um regime legal transitório aplicável às empresas que tiveram o estatuto de empresas francas e exportadoras que continuam ativas, determinamos o seguinte:

1º

(Âmbito)

As normas ora previstas aplicam-se as empresas, abaixo indicadas:

- a) VERDE VESTE – Indústria de Vestuário, SARL.
- b) ICCO - Indústria, Componente e Calçados Ortopédicos, Lda.
- c) AFROPANTS CV, Lda.
- d) FRESCOMAR, SA.
- e) ATUNLO, SA.
- f) A POUTADA, SA.

2º

(Procedimentos)

1. Ficam isentas de apresentação do TCE as importações de matéria-prima;

2. A caução ou garantia bancária exigível ao abrigo do disposto no artigo 130º do Código Aduaneiro, aprovado pelo Decreto-legislativo n.º 04/2010, de 3 junho de 2010, passa a ser substituída por um Termo de Responsabilidade, de acordo com o modelo em anexo;

3. A desova dos contentores é feita nos armazéns das empresas mediante assistência de um auxiliar de verificação e de um agente da guarda fiscal, o qual deve ser destacado num prazo máximo de vinte e quatro horas.

3º

(vigência)

O regime ora previsto vigora até à regulamentação do CIN.

O presente despacho entra imediatamente em vigor.

Gabinete dos Ministros das Finanças e da Economia e Emprego, na Praia, aos 23 de fevereiro de 2017. – Os Ministros, *Olavo Correia* e *José da Silva Gonçalves*.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Nacional da Administração Pública

Extracto de despacho nº 302/2017 – Do Director Nacional da Administração Pública por delegação de competência de S. Exª o Ministro das Finanças:

De 23 de janeiro de 2017:

Bebiano Veiga Moniz, professor do ensino básico assistente do quadro de pessoal do Ministério da Educação – aposentado nos termos do artigo 5º, nº 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de dezembro, conjugado com o artigo 81º do Decreto-Legislativo nº 2/2004, de 29 de março, com direito à pensão provisória anual de 843.840\$00 (oitocentos e quarenta e três mil oitocentos e quarenta escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

É rectificado o despacho do Director Nacional da Administração Pública, por subdelegação de competências de S. Exª o Ministro das Finanças, publicado no *Boletim Oficial* nº 61 de 23 de dezembro de 2016.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 9 de fevereiro de 2017).

Extracto de despacho nº 303/2017 – Do Director Nacional da Administração Pública por delegação de competência de S. Exª o Ministro das Finanças:

De 23 de janeiro de 2017:

Juliana Gomes Oliveira, na qualidade de cônjuge sobrevivente de Roberto Sanches Pereira, ex-guarda florestal, falecido a 17 de julho de 2016 – fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64º, e 70º nº 1 alínea *d*) da Lei nº 61/III/89 de 30 de dezembro, uma pensão de sobrevivência a seu favor, no valor anual de 81.180\$00 (oitenta e um mil, cento e oitenta escudos), conforme a discriminação seguinte:

Viúva.....81.180\$00

Tem a pagar a quantia de 286.350\$00 quota em atraso para efeito de Pensão de Aposentação e Sobrevivência que serão amortizadas em 319 prestações sendo a primeira prestação no valor de 786\$00 e as restantes no valor de 898\$00 mensais e consecutivos.

Este despacho produz efeitos a partir de 17 de julho de 2016 de acordo com o artigo 80º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

Extracto de despacho nº 304/2017 – Do Director Nacional da Administração Pública por delegação de competência de S. Exª o Ministro das Finanças:

De 23 de janeiro de 2017:

Orlanda Regina Duarte Monteiro, na qualidade de cônjuge sobrevivente de Manuel João Monteiro, ex-guarda florestal, aposentado, falecido a 7 de dezembro de 2016 – fixada ao abrigo do disposto

nos artigos 64º, e 70º nº 1 alínea *d*) da Lei nº 61/III/89, de 30 de dezembro, uma pensão de sobrevivência a seu favor, no valor anual de 86.700\$00 (oitenta e seis mil, e setecentos escudos), conforme a discriminação seguinte:

Viúva.....86.700\$00

Tem a pagar a quantia de 353.730\$00 quota em atraso para efeito de Pensão de Aposentação e Sobrevivência que serão amortizadas em 394 prestações sendo a primeira prestação no valor de 816\$00 e as restantes no valor de 898\$00 mensais e consecutivos.

Este despacho produz efeitos a partir de 7 de dezembro de 2016 de acordo com o artigo 80º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

Extracto de despacho nº 305/2017 – Do Director Nacional da Administração Pública por delegação de competência de S. Exª o Ministro das Finanças:

De 26 de janeiro de 2017:

Mário dos Reis Correia Gonçalves, professor do posto escolar referência 1, escalão A, do quadro de pessoal do Ministério da Educação – aposentado nos termos do artigo 5º, nº 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de dezembro, conjugado com o artigo 81º, do Decreto-Lei nº 2/2004, de 29 de março, com direito à pensão provisória anual de 72.000\$00 (setenta e dois mil escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 10 anos 4 meses e 6 dias de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 26 de novembro de 2009 do Director Nacional do Orçamento da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 6 anos, 3 meses e 6 dias.

O montante em dívida no valor de 99.918\$00 (noventa e nove mil novecentos e dezoito escudos), que poderá ser amortizada em 80 prestações, sendo a primeira no valor de 1.247\$00 (mil duzentos e quarenta e sete escudos) e as restantes no valor de 1.249\$00 (mil duzentos e quarenta e nove escudos).

Extracto de despacho nº 306/2017 – Do Director Nacional da Administração Pública por delegação de competência de S. Exª o Ministro das Finanças:

De 27 de janeiro de 2017:

Noemi Pires Monteiro de Freitas, ex-técnica de exploração do quadro de pessoal dos Correios de Cabo Verde, S.R.AL – aposentada nos termos da alínea *b*) nº 2 do artigo 5º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de dezembro, com direito à pensão provisória anual de 72.000\$00 (setenta e dois mil escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 11 anos e 5 meses de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Extracto de despacho nº 307/2017 – Do Director Nacional da Administração Pública por delegação de competência de S. Exª o Ministro das Finanças:

De 27 de janeiro de 2017:

Elia Filomena dos Santos Semedo da Silva Rodrigues, ex-trabalhadreira jornalista do quadro de pessoal da Direcção Regional de Santiago das Obras Públicas – aposentada nos termos da alínea *b*) nº 2 do artigo 5º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de dezembro, com direito à pensão provisória anual de 72.000\$00 (setenta e dois mil escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade, com o artigo 1º do Decreto Lei nº 28/2011, de 22 de agosto com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 18 anos e 9 meses de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 15 de dezembro de 2016 do Director Nacional do Orçamento da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 17 anos, 10 meses e 14 dias.

O montante em dívida no valor de 193.020\$00 (cento e noventa e três mil e vinte escudos), poderá ser amortizado em 322 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 420\$00 e as restantes de 600\$00.

Extracto de despacho nº 308/2017 – Do Director Nacional da Administração Pública por delegação de competência de S. Ex^a o Ministro das Finanças:

De 30 de janeiro de 2017:

Maria de Lurdes Fernandes Carvalho Semedo, na qualidade de cônjuge sobrevivente de Fernando Carvalho Semedo, ex-trabalhador jornalista, aposentado, falecido a 14 de dezembro de 2015 – fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64^o, e 70^o n.º 1 alínea *d*) da Lei n.º 61/III/89 de 30 de dezembro, uma pensão de sobrevivência a seu favor, no valor anual de 36.000\$00 (trinta e seis mil, escudos), conforme a discriminação seguinte:

Viúva.....36.000\$00

Este despacho produz efeitos a partir de 14 de dezembro de 2015 de acordo com o artigo 80^o do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

Extracto de despacho nº 309/2017 – Do Director Nacional da Administração Pública por delegação de competência de S. Ex^a o Ministro das Finanças:

De 2 de fevereiro de 2017:

Domingos dos Ramos Rodrigues, professor do ensino básico assistente nível I referência 7, escalão D, do quadro de pessoal do Ministério da Educação – aposentado nos termos do artigo 5^o, n.º 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de dezembro, conjugado com o artigo 81^o, do Decreto-Lei n.º 2/2004, de 29 de março, com direito à pensão provisória anual de 928.080\$00 (novecentos e vinte e oito mil e oitenta escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37^o do mesmo diploma, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 12 de agosto de 2016 do Director Nacional do Orçamento da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 20 anos, 2 meses e 26 dias.

O montante em dívida no valor de 523.952\$00 (quinhentos e vinte e três mil novecentos e cinquenta e dois escudos), que poderá ser amortizada em 142 prestações, sendo a primeira no valor de 1.688\$00 (mil seiscentos e oitenta e oito escudos) e as restantes no valor de 3.704\$00 (três mil setecentos e quatro escudos).

É rectificado o despacho do Director Nacional da Administração Pública, por subdelegação de competências de S. Ex^a o Secretário de Estado da Administração Pública, publicado no *Boletim Oficial* n.º 61 de 23 de dezembro de 2016.

Extracto de despacho nº 310/2017 – Do Director Nacional da Administração Pública por delegação de competência de S. Ex^a o Ministro das Finanças:

De 2 de fevereiro de 2017:

Maria Lucete Oliveira Lopes Alves, professora do ensino básico assistente referência 7, escalão D, do quadro de pessoal do Ministério da Educação – aposentada nos termos do artigo 5^o, n.º 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de dezembro, conjugado com o artigo 81^o, do Decreto-Lei n.º 2/2004, de 29 de março, com direito à pensão provisória anual de 779.796\$00 (setecentos e setenta e nove mil setecentos e noventa e seis escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37^o do mesmo diploma, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 20 de março de 2015 do Director Nacional do Orçamento da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 13 anos, 1 mês e 8 dias.

O montante em dívida no valor de 222.882\$00 (duzentos e vinte e dois mil, oitocentos e oitenta e dois escudos), que poderá ser amortizada em 859 prestações, sendo a primeira no valor de 3.352\$00 (três mil trezentos e cinquenta e dois escudos) e as restantes no valor de 3.785\$00 (três mil setecentos e oitenta e cinco escudos).

(Visados pelo Tribunal de Contas em 17 de fevereiro de 2017).

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no Capítulo 35.20 Divisão 04 Código 02.07.01.01.01, do Orçamento do Estado para o ano de 2017.

Extracto de despacho nº 311/2017 – Do Director Nacional da Administração Pública no uso da competência delegada:

De 8 de Março de 2017:

Romeu Fonseca Modesto, técnico sénior nível III, é reenquadrado no cargo de técnico especialista nível I, pelo desempenho de funções de titular dos cargos políticos, na função de Secretário de Estado da Administração Pública de 7 de março de 2006 a 22 de abril de 2016, nos termos do artigo 7^o da Lei n.º 85/III/90, de 6 de outubro, conjugado com o artigo 14^o da Lei n.º 35/V/97, de 25 de agosto e o n.º 7 do artigo 37^o do Decreto Lei n.º 9/2013 de 26 de fevereiro.

Direcção Nacional da Administração, na Praia, aos 8 de março de 2017. – A Directora de Serviço, *Alcídia Almeida*

—oço—

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E EMPREGO E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Gabinete dos Ministros

Despacho conjunto nº 19/2017

ESTATUTO DE UTILIDADE TURÍSTICA DE INSTALAÇÃO

Tendo,

A Sociedade “APART HOTEL PALACE, LDA”, requerido o Estatuto de Utilidade Turística de Instalação a favor do Estabelecimento “APART HOTEL PALACE”, a instalar na localidade de Palmarejo Grande, cidade da Praia, ilha de Santiago e ao abrigo da Informação/Proposta n.º 15 da Comissão de Avaliação de Utilidade Turística, de 5 de dezembro de 2016;

Por se tratar de:

- Um investimento empresarial na ordem dos 61.560.108\$00 (sessenta e um milhões, quinhentos e sessenta mil e cento e oito escudos), que prevê a construção de seis (6) apartamentos mobilados e climatizados, com um total de quinze (15) quartos, respeitando os padrões de construção do tipo alto standing, que proporciona aos clientes um serviço de qualidade e conforto, com rigorosa atenção a nível de segurança, que prevê a melhoria da oferta turística, dos serviços prestados e a diversificação dos circuitos turísticos, primando pela inovação, comunicação e qualidade, com aposta na formação e qualificação do quadro do pessoal de modo a oferecer um atendimento rápido com eficiência e eficácia e a criação de 10 empregos diretos a nacionais contribuindo para a diminuição do desemprego e o aumento do rendimento das famílias;
- Um projeto ambientalmente sustentável, preocupado com a sustentabilidade ambiental em que os materiais utilizados não são nocivos ao ambiente, capaz de encontrar equilíbrio entre os negócios, a sociedade e o ambiente envolvente com enfoque no saneamento e no ordenamento do espaço com construção de parque de estacionamento, capaz de incrementar o desenvolvimento sustentável da região;
- Um projeto que vai de encontro à política nacional traçada para o setor do Turismo, com aposta na política de diversificação da oferta turística de qualidade e de dimensão compatível com as potencialidades naturais e o grau de desenvolvimento do setor, de acordo com o tipo

e nível de instalações pretendidas, com aposta forte na gastronomia da ilha e num serviço de restauração com requinte e diversidade de forma a satisfazer os paladares mais variados, contribuindo para o crescimento do Produto Interno Bruto e reflexos positivos na balança comercial do país.

Nesses termos, encontrando-se reunidos os pressupostos técnicos e legais;

Decidimos,

Atribuir o Estatuto de Utilidade Turística de Instalação ao Estabelecimento “APART HOTEL PALACE”, nos termos do disposto nos artigos 2º 3º e 4º da Lei n.º 55/VI/2005, de 10 de janeiro, conjugados com os artigos 13º, 14º e 15º, todos da Lei n.º 26/VIII/2013, de 21 de janeiro.

Ministério da Economia e Emprego e Ministério das Finanças, na Praia, 13 de fevereiro de 2017. – Os Ministros, *José da Silva Gonçalves e Olavo Correia*.

—————o§o—————
**MINISTÉRIO DA ECONOMIA
 E EMPREGO**

—————
Gabinete do Ministro

Despacho n.º 20/2017

DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

O Ministério da Economia e Emprego, representado por S. Ex.^a o Ministro da Economia e Emprego, Doutor José da Silva Gonçalves, nos termos do Decreto-lei n.º 65/2017, de 28 de dezembro, conjugado com o artigo 19º Decreto-Legislativo n.º 2/95, de 20 de junho no âmbito da sua faculdade e poderes, delega à DGPOG - Diretor Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão, na pessoa de Francisco Rocha Moreira, conferindo-lhe os necessários poderes para autorizar despesas de deslocação de funcionários devidamente autorizados em missão de serviço interurbano e inter-lhas.

O presente despacho entrará em vigor imediatamente após a sua assinatura.

Gabinete do Ministro da Economia e Emprego, na Praia, aos 22 de fevereiro de 2017. – O Ministro, *Doutor José da Silva Gonçalves*.

—————o§o—————
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E TRABALHO

—————
**Direcção Geral do Planeamento,
 Orçamento e Gestão**

Extracto de despacho n.º 312/2017 – De S. Ex.^a a Ministra da Justiça e Trabalho:

De 30 de dezembro de 2016:

Considerando, o descongelamento de admissão, do pessoal para o quadro do pessoal dos Registos Notariado e Identificação aprovado pela Resolução n.º 56/2015, de 23 de julho, ao abrigo do disposto, no artigo 5º, do Estatuto do Pessoal Oficial Ajudante, dos Registos, Notariado e Identificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 52/2009, de 30 de novembro, conjugado, com o disposto no n.º 1 do artigo 13º, da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, procede-se, às seguintes nomeações de Oficiais 4º Ajudantes, aprovados em concurso, nos seus respetivos Cargos, com as suas respetivas colocações, nos termos do abaixo, designados:

1. Flávia Vieira Fortes é nomeada, provisoriamente para exercer as funções de Oficial 4º Ajudante, referência 1, escalão A, do quadro da Direção-Geral dos Registos Notariado e Identificação, do Ministério da Justiça e Trabalho, ficando colocada, na Conservatória dos Registos do Sal, com efeitos a partir da tomada de posse.
2. Benilde Elisandra Miranda dos Santos Brito é nomeada, provisoriamente para exercer as funções de Oficial 4º

Ajudante, referência 1, escalão A, do quadro da Direção-Geral dos Registos Notariado e Identificação, do Ministério da Justiça e Trabalho, ficando colocada, na Delegação dos Registos, Notariado e Identificação de Tarrafal de São Nicolau, com efeitos a partir da tomada de posse.

3. Miguel Monteiro Miranda é nomeado, provisoriamente para exercer as funções de Oficial 4º Ajudante, referência 1, escalão A, do quadro da Direção-Geral dos Registos Notariado e Identificação, do Ministério da Justiça e Trabalho, ficando colocado, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Filipe – Fogo, com efeitos a partir da tomada de posse.
4. Natalina do Nascimento Gomes Lopes é nomeada, provisoriamente para exercer as funções de Oficial 4º Ajudante, referência 1, escalão A, do quadro da Direção Geral dos Registos Notariado e Identificação, do Ministério da Justiça e Trabalho, ficando colocada na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de Santa Maria – Sal, com efeitos a partir da tomada de posse.
5. Tatiana Raquel Monteiro Semedo é nomeada, provisoriamente para exercer as funções de Oficial 4º Ajudante, referência 1, escalão A, do quadro da Direção-Geral dos Registos Notariado e Identificação, do Ministério da Justiça e Trabalho, ficando colocada, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de Santa Maria – Sal, com efeitos a partir da tomada de posse.
6. Elisângela Cristina Almeida Monteiro é nomeada, provisoriamente para exercer as funções de Oficial 4º Ajudante, referência 1, escalão A, do quadro da Direção-Geral dos Registos Notariado e Identificação, do Ministério da Justiça e Trabalho, ficando colocada, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de Santa Catarina do Fogo, com efeitos a partir da tomada de posse.
7. Nilton Renato dos Reis Morais é nomeado, provisoriamente para exercer as funções de Oficial 4º Ajudante, referência 1, escalão A, do quadro da Direção-Geral dos Registos Notariado e Identificação, do Ministério da Justiça e Trabalho, ficando colocado, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de Ponta do Sol - Santo Antão, com efeitos a partir da tomada de posse.
8. Claudete Ivaldine da Veiga Semedo é nomeada, provisoriamente para exercer as funções de Oficial 4º Ajudante, referência 1, escalão A, do quadro da Direção-Geral dos Registos Notariado e Identificação, do Ministério da Justiça e Trabalho, ficando colocada na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Maio, com efeitos a partir da tomada de posse.
9. Maria Elisângela de Brito Leal Cabral é nomeada, provisoriamente para exercer as funções de Oficial 4º Ajudante, referência 1, escalão A, do quadro da Direção-Geral dos Registos Notariado e Identificação, do Ministério da Justiça e Trabalho, ficando colocada na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Filipe - Fogo, com efeitos a partir da tomada de posse.
10. Maria Conceição Rodrigues Teixeira é nomeada, provisoriamente para exercer as funções de Oficial 4º Ajudante, referência 1, escalão A, do quadro da Direção-Geral dos Registos Notariado e Identificação, do Ministério da Justiça e Trabalho, ficando colocada, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul - Santo Antão, com efeitos a partir da tomada de posse.
11. Lucinda Semedo Mendonça é nomeada, provisoriamente para exercer as funções de Oficial 4º Ajudante, referência 1, escalão A, do quadro da Direção-Geral dos Registos Notariado e Identificação, do Ministério da Justiça e Trabalho, ficando colocada na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Brava, com efeitos a partir da tomada de posse.

Os encargos correspondentes são suportados pela rubrica 02.01.01.01.02 – pessoal do quadro da Direção-Geral dos Registos Notariado e Identificação, do Ministério da Justiça e Trabalho. – (Visados pelo Tribunal de Contas, aos 24 de fevereiro de 2017).

Direção de Serviço de Gestão de Recursos Humanos, da Direção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão, do Ministério da Justiça e Trabalho, na Praia, aos 6 de março 2017. – O Diretor de serviço, p/s, *José Maria C. Furtado*.

PARTE D**PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA****Conselho Superior do Ministério Público****Extrato de deliberação nº 18/CSMP/2016/2017****de 24 de fevereiro de 2017**

O Conselho Superior do Ministério Público (CSMP), no exercício das suas atribuições previstas nos artigos 32º e 37º, nº 1, al. c) da Lei nº 89/VII/2011, de 14 de fevereiro, delibera:

Conceder licença de longa duração, com efeitos a partir de 1 de Março de 2016, ao Procurador da República de 1ª classe Evandro Assunção Lopes de Carvalho, ao abrigo do disposto nos artigos 45º nº 1 al. c), 50º, nº 1, e 51º, do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de Março, e 22º nºs 1, 2 al. b), 3 al. b), 23º al. a), 24º nº 1, 25º nº 1, 26º nºs 1, e 3 al. b), do Decreto-Legislativo nº 15/97, de 10 de Novembro, aplicáveis, respectivamente, por força dos artigos 127º da Lei nº 2/VIII/2011, de 20 de Junho, e 27º do citado Decreto-Legislativo.

O Presidente (Ass.) – *Óscar Silva dos Reis Tavares*.

Está conforme o original

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público na Praia, aos 24 de fevereiro de 2017. – O Secretário do CSMP, *José Luís Varela Marques*.

Extrato de deliberação nº 20/CSMP/2016/2017**De 24 de fevereiro de 2017****Lista de Antiguidade dos Magistrados do Ministério Público com referência a 31 de dezembro de 2016**

PROCURADORES DA REPÚBLICA									
EFFECTIVIDADE				Na categoria			Na Magistratura do Mº Pº		
NOMES		Início de Funções	Interrupções	A	M	D	A	M	D
PROCURADORES-GERAIS ADJUNTOS									
1	1. FRANKLIN AFONSO FURTADO	16/11/93	De 01/01/11 a 03/05/ 2012 e de 30/09/14 a 14/11/2014	1	6	1	21	10	12
	2. JOÃO PINTO SEMEDO ¹	04/05/98	De 07/10/09 a 22/11/09	1	6	1	18	7	28
	3. HENRIQUE MONTEIRO ²	15-04-77	De 31/01/80 a 31/01/85 ^A	1	6	1	34	4	20
	4. LUIS JOSÉ TAVARES LANDIM	17/10/90	A partir de 01/03/2010 Até 29.12.2014	1	6	1	21	4	16
PROCURADORES DA REPÚBLICA DE CÍRCULO									
1.1	1. JÚLIO CÉSAR MARTINS TAVARES ³	04/05/98		5	10	-	18	7	28
	2. LISETE CELESTE BRITO BARBOSA NEVES ⁴	01/12/99		1	6	1	17	1	-
	3. ALCINDO JÚLIO SOARES	01/04/98		1	6	1	18	9	-
PROCURADORES DA REPÚBLICA DE 1ª CLASSE									
1.2	1. MANUEL FILIPE SOARES ⁵	15/07/76	De 01/11/86 a 31/07/92 ^A A partir de 1 de Dezembro	22	4	20	34	7	16
	2. BOAVENTURA JOSÉ DOS SANTOS	01/07/76	De 01/10/85 a 06/10/91 ^A	22	5	14	34	5	24
	3. OTELINDO LEVY RIVERA DE JESUS	04/05/82	De 01/10/87 a 02/03/93 ^B	15	7	22	29	3	16
	4. EVANDRO DE ASSUNÇÃO LOPES DE CARVALHO ⁶	22/10/92	A partir de 1 de Março de 2016	6	2	-	23	4	9
	5. ALBERTINO DA SILVA MENDES	15/12/99		-	11	3	17	-	17
	6. HENRIQUE SOARES TEIXEIRA	03/05/99		-	11	3	17	7	29
	7. BALTAZAR RAMOS MONTEIRO	12/01/93	A partir de 01/10/2008 até 23/07/2014	-	11	3	18	1	27
	8. VICENTE TIMÓTEO GOMES SILVA	03/10/95		-	11	3	21	2	28

PROCURADORES DA REPÚBLICA DE 2ª CLASSE									
1.3	1. ARLINDO LUIS PEREIRA FIGUEIREDO E SILVA ⁷	01/06/92	A partir de 12/12/2009	9	2	3	17	6	11
	2. ÓSCAR SILVA DOS REIS TAVARES ⁸	15/12/99	A partir de 01/09/2011 até 06/04/2014	8	-	27	14	5	11
	3. CARLOS SILVA GOMES	11/05/88	De 30/04/96 a 30/11/2000 ^B	7	7	3	23	-	18
	4. KYLLY SAMHAÁ ALMADA FERNANDES	02/04/01		7	7	3	15	8	29
	5. ANTÓNIO PEDRO LOPES BORGES	04/11/02		7	7	3	14	1	27
	6. MARA RESENDE DANTAS DOS REIS	02/12/02		7	7	3	14	-	30
	7. FELISMINO GARCIA CARDOSO	03/10/95	A partir de 01/03/2008 Até 14/01/2015	6	11	7	14	4	14
	8. ANTÓNIO MARIA MARTINS CLARET	02/04/01	A partir de 01/10/2013 até 30/09/2014	6	8	2	14	8	29
	9. JOSÉ CARLOS LOPES CORREIA	01/10/03		6	-	4	13	3	-
	10. PATRÍCIO MONTEIRO VARELA	15/10/03		6	-	4	13	2	17
	11. VITAL DOS SANTOS MOEDA, FILHO	01/02/06		-	11	3	10	11	-
	12. MARA SANIRA TEIXEIRA GOMES	01/10/08		-	11	3	8	3	-
	13. MANUEL ANTÓNIO LIVRAMENTO DA LOMBA	01/10/08		-	11	3	8	3	-
	14. RAQUEL MONTEIRO FERNANDES	15/04/05		-	11	3	11	8	16
	15. OSMAR JOSÉ BORGES DOS SANTOS	03/12/07		-	11	3	9	-	29
	16. VERA LÚCIA DE JESUS ANDRADE NOGUEIRA	01/10/08		-	11	3	8	3	-
PROCURADORES DA REPÚBLICA DE 3ª CLASSE									
1.4	1. ANTÓNIO BIBIANO VARELA	02/10/89	De 01/11/96 até 28/04/04 ^B	10	2	26	19	9	2
	2. CARLA VIEIRA SOUTO GONÇALVES	06/10/06		10	2	26	10	2	26
	3. MANUEL DO ESPIRITO SANTO SEMEDO DOS REIS ⁹	15/12/05	A partir de 01/09/2013	7	8	17	7	8	17
	4. INISABEL DE BARROS MARQUES	07/05/09		7	7	25	7	7	25
	5. FELISBERTO HO CHI MINH FERNANDES VARELA ROBALO	07/05/09		7	7	25	7	7	25
	6. MARIA FLORA LOPES	29/05/09		7	7	2	7	7	2
	7. DANIEL HOSTELINO ALVES MONTEIRO	29/05/09		7	7	2	7	7	2
	8. DULCELINA SANCHES ROCHA	01/11/09		7	2	-	7	2	-
	9. MARIA ONILDA MONTEIRO SILVA	01/11/09		7	2	-	7	2	-

	10. CARLOS MANUEL DE PINA M. FURTADO	12/12/07	A partir de 15/09/12 até 15/09/14	7	1	-	7	1	-
	11. VITOR GUILHERME GOMES DOS SANTOS	05/11/10		6	1	26	6	1	26
	12. ELISA SOLANGE GOMES MENDES	28/12/10		6	-	4	6	-	4
	13. ANTÓNIO SEBASTIÃO SOUSA	28/12/10		6	-	4	6	-	4
	14. ANTÓNIO MENDES MOREIRA	28/12/10		6	-	4	6	-	4
	15. NUELI MARGARETE MONTEIRO DUARTE	28/12/10		6	-	4	6	-	4
	16. NEREIDA SIMONE DO ROSÁRIO DA LUZ	28/12/10		6	-	4	6	-	4
	17. JOÃO FÉLIX RODRIGUES CARDOSO ¹⁰	15/04/05	A partir de 01/09/2010	5	4	16	5	4	16
	18. DILMA VANISE VARELA DELGADO	27/10/11		3	3	15	5	2	5
	19. CARMELITA PEREIRA	27/10/11		3	3	15	5	2	5
	20. SÍLVIA CRISTINA LIMA GOMES SOARES	27/10/11		3	3	15	5	2	5
	21. DÍLVIA DA MOEDA LOPES	28/10/11		3	3	15	5	2	5
	22. BOAVENTURA BORGES SEMEDO	04/01/13		2	03	15	3	11	28
	23. NILTON JORGE DA COSTA MONIZ	04/01/13		2	03	15	3	11	28
	24. MÁRIO SANY FERREIRA ROCHA	04/01/13		2	03	15	3	11	28
	25. NÉLSON SEGREDO SOUSA	04/01/13		2	03	15	3	11	28
	26. ARY JOSÉ ALVES VARELA	07/01/14		1	03	15	2	11	25
	27. ISOLINA SOLANGE DA COSTA MENDES TEIXEIRA ALMEIDA	07/01/14		1	03	15	2	11	25
	28. MARÍSIA GOMES BRITO DA LUZ	07/01/14		1	03	15	2	11	25
PROCURADORES DA REPÚBLICA ASSISTENTES									
1.5	1. AEROLINO DE JESUS TAVARES DUARTE	08/04/16		-	-	-	-	8	23
	2. EDVALDO FERNANDO SILVA ANDRADE	08/04/16		-	-	-	-	8	23
	3. HELTON JOSÉ BARROS	08/04/16		-	-	-	-	8	23
	4. MANUEL DO ROSÁRIO DELGADO DIAS	08/04/16		-	-	-	-	8	23
	5. CARLA MIRIAM FERNANDES TEIXEIRA ESTEVES	08/04/16		-	-	-	-	8	23
	6. ARITSON JORGE BRITO	08/04/16		-	-	-	-	8	23
	7. LUÍSA HELENA NASCIMENTO SOARES	08/04/16		-	-	-	-	8	23
	8. ISAÍAS VARELA MOREIRA-	08/04/16		-	-	-	-	8	23

¹A exercer em comissão judicial de serviço as funções de Juiz Presidente do Tribunal Constitucional²Jubilado – Deliberação do CSMP de 30 de Setembro de 2015 publicado no BO nº. 02, II Série, de 15/01/2016³De Licença sabática por um período de um (1) ano.⁴Licença de natureza judiciária para exercer funções no quadro da CEDEAO.⁵Aposentado⁶Licença sem vencimento por um período de um (1) ano.⁷Licença longa duração.⁸A exercer mandato nas funções de Procurador-Geral da República.⁹Licença longa duração.¹⁰Licença sem vencimento pelo período de um (1) ano.

Extrato de deliberação nº 21/CSMP/2016/2017

De 24 de fevereiro de 2017

Lista de antiguidade dos Oficiais de Justiça afetos ao Ministério Público com referência a 31 de dezembro de 2016

OFICIAIS DE JUSTIÇA									
EFECTIVIDADE				Na categoria			No Mº Pº		
	NOMES	Início de Funções	Interrupções	A	M	D	A	M	D
SECRETÁRIOS JUDICIAIS									
1	1. JOSÉ ANTÓNIO VARELA TAVARES ¹	31/10/1984		18	0	16	32	2	-
	2. JOSÉ MIGUEL DE PINA CARDOSO ²	11/2/1987	De 22/05/1990 a 31/08/1990 e de 1/10/2009 a 1/3/2011	15	8	16	29	9	11
	3. JOSÉ LUIS VARELA MARQUES ³	23/3/1983		6	9	14	33	9	9
	4. ESTER TAVARES PINHEIRO	1/12/1990		6	9	14	26	0	30
	5. EDUINA LIMA OLIVEIRA MAGNO	5/1/1987		6	9	14	29	11	26
	6. ERMELINDA ALVES ANTUNES	24/1/1985	De 30/4/2009 a 30/4/2010	3	6	13	30	11	7
ESCRIVÃES DE DIREITO									
1.1	1. FELISBERTO AFONSO DOS ANJOS RIBEIRO VARELA ⁴	20/5/1989		6	9	14	27	7	11
	2. ILDA MARIA DO LIVRAMENTO RODRIGUES GOMES MAURICIO ⁵	1/6/1995	De 0 1/10/2002 a 07/6/2004	6	9	14	20	1	30
	3. POLICARPO BORGES SEMEDO ⁶	1/3/1990		6	9	14	26	9	30
	4. EVANDRO CARLOS CORTÈS MORENO	4/5/1992		6	9	14	24	7	27
	5. AUGUSTO JORGE GOMES BARRETO	16/7/1990	De 1/11/1996 a 03/02/1997	6	9	14	26	2	13
	6. RICARDO ANTÓNIO DIAS ⁷	7/2/1990	01/10/1999 a 01/01/2000 1/9/2003 a 17/10/2003	6	9	14	26	6	8
	7. WALTER VIEIRA MORAIS ⁸	2/10/1989	1/7/2002	6	9	14	27	2	24
	8. MARIA DO NASCIMENTO GOMES BARROS	6/6/2000		4	9	1	16	6	25
	9. ZICO ANTÓNIO FORTES ANDRADE	1/10/2009		4	9	1	7	2	30
	10. CARINA PATRICIA FORTES OLIVEIRA	1/10/2009	1/10/2015 a 14/10/2015	4	8	18	7	2	30
	11. DOMINGOS LOPES GARCIA	24/9/1984	De 1/10/1990 a /31/3//1991 e de 01/4/1991 a 31/9/1991	3	6	13	31	3	7
	12. BELARMINO ROBERTO DO LIVRAMENTO	30/4/1992		3	6	13	24	8	1
	13. TIMOTEO MARTINS ALMEIDA	19/2/1992	De 1/10/2014 a 02/01/2015	3	3	12	24	10	12
	14. ANTÓNIO SANTOS ALVES	28/6/1995		1	4	30	21	6	3
	15. MARIA LUISA DA VEIGA BRITO DE PINA	1/2/1997		1	4	30	19	10	30
	16. CEZINANDO VICTOR TAVARES SEMEDO ⁹	27/01/1997		1	4	30	19	11	4
	17. AMÉLIA ZENAIDA DE PINA FERNANDES	20/6/1997		1	4	30	19	6	11
	18. ANA GILDA SILVA LUCAS ANDRADE	21/1/1997		1	4	30	19	8	10
19. ALBERTINO DA LUZ DA CRUZ	1/11/1991	De 01/10/2002 até 06/01/2003 e de 15/09/2010	1	4	30	24	10	-	
20. MANUEL DE JESUS ROCHA	1/1/1999		1	4	30	17	11	30	
21. PAULA SALVADORA DA VEIGA BARRETO DE CARVALHO	30/12/1996		1	4	30	19	6	26	
22. MANUELA TAVARES SEMEDO DOS SANTOS CARDOSO	1/1/1999		1	4	30	17	11	30	
23. MARIA CONCEIÇÃO MENDES AFONSO	1/1/1999		1	4	30	17	11	27	
24. ALICE MENDES SOUTO BARBOSA	1/1/1999	De 1/03/2004 a 01/6/2004	1	4	30	17	8	30	
25. BALBINA FERREIRA SOARES ¹⁰	1/1/1999		1	4	30	17	11	30	

AJUDANTES DE ESCRIVÃO									
1.2	1. ADÉRITO GOMES SANTOS MONTEIRO ¹¹	6/6/2000		6	9	14	16	6	25
	2. ANA MERCÉS BARBOSA VICENTE DOS SANTOS	09/05/2000		6	9	14	16	7	28
	3. LUISA ISABEL DIAS MONTEIRO	04/1/1999	14/9/2000 a 16/10/2000	6	9	14	17	10	25
	4. JOÃO DELGADO DA GRAÇA	6/6/2000		6	9	14	16	6	25
	5. NELSON LOPES ROCHA	1/1/1999		6	9	14	17	11	19
	6. MARIA CELINA MORENO DE PINA	1/1/1999		6	9	14	17	11	30
	7. ANTÓNIO JOÃO FORTES	6/6/2000		6	9	14	16	6	25
	8. JOÃO CARLOS LOPES RAMOS	28/1/1997		6	9	14	19	11	3
	9. ORLANDO FURTADO AFONSO	1/1/1999		6	9	14	17	11	30
	10. ISABEL MARILDE FERNANDES DA VEIGA	6/6/2000	De 01/10/2004 a 02/1/2005	6	9	14	16	3	23
	11. JOSÉ CENTEIO MARCELINO	31/1/1997	De 1/9/2001 a 31/11/2001 e de 1/10/2003 a 21/09/2005	6	9	14	16	6	8
	12. CESALTINA GOMES SILVA	1/1/1999	De 01/10/2000 a 02/11/2000	6	9	14	17	10	26
	13. MARIA ROSA LOPES FERREIRA	1/1/1999		6	9	14	17	11	30
	14. LUISA SEMEDO MOREIRA	6/6/2000		6	9	14	16	6	25
	15. LUISA VAZ	1/1/1999	De 1/9/2001 a 5/12/2001	6	9	14	17	8	26
	16. ALEXANDRINO DINIZ	1/1/1999	De 1/9/2000 a 31/10/2000	6	9	14	17	10	0
	17. SILVESTRE SOARES ROSA	1/1/1999	De 1/9/2005 a 30/11/2005	6	9	14	17	7	27
	18. JANDIRA DA CRUZ BAPTISTA	26/7/2004		1	4	30	12	5	5
	19. NATANILSON DA VEIGA RAMOS	12/8/2004		1	4	30	12	2	19
	20. ODAIRSON GOMES SILVA	13/8/2004		1	4	30	12	4	18
	21. SANDRA MARIA VARELA MOREIRA	25/8/2004		1	4	30	12	4	6
	22. VANUSA TATIANA DINIZ FERNANDES	26/7/2004		1	4	30	12	5	5
	23. NILTON JORGE FERREIRA FERNANDES	6/5/2005		1	4	30	11	7	25
	24. DENISE PEREIRA LOPES	26/7/2004		1	4	30	12	5	5
	25. ELSON GOMES MOREIRA	9/11/2005		1	4	30	11	1	22
	26. ISABEL MARIA SOARES MONTEIRO	20/3/2006		1	4	30	10	9	11
	27. SOLANGE EUNICE GONÇALVES CABRAL	24/10/2005		1	4	30	11	2	7
	28. LILIANA CRISTINA MONTEIRO DO LIVRAMENTO	4/8/2004		1	4	30	11	11	19
	29. JORGE PEDRO RAMOS MARTINS	5/4/1986	Desde 09/5/2014 ¹²	17	1	28	28	1	4
OFICIAIS DE DILIGÊNCIAS									
1.3	1. MILUMENO DA COSTA MORENO	25/10/2005	Desde 01/08/2013 ¹³	10	2	6	10	2	6
	2. MATILDE MONTEIRO DO ROSÁRIO	04/01/2016		-	-	-	-	11	28
	3. IARA MARIA TEIXEIRA GOMES	04/01/2016		-	-	-	-	11	28
	4. EVÂNIA CECÍLIA GOMES DE PINA	04/01/2016		-	-	-	-	11	28
	5. ELTON JONES ALVES ARAÚJO	04/01/2016		-	-	-	-	11	28
	6. LARISSA SOUSA LIVRAMENTO	04/01/2016		-	-	-	-	11	28
	7. OLÍVIA DELGADO ROCHA	04/01/2016		-	-	-	-	11	28
	8. CRISLÉNY GONÇALVES FRANCISCO	04/01/2016		-	-	-	-	11	28
	9. ARTEMISA DA CONCEIÇÃO CABRAL SEMEDO	04/01/2016		-	-	-	-	11	28
	10. JAQUELINE DA VEIGA SEMEDO	04/01/2016		-	-	-	-	11	28

1.3	11. DONALDO EDGAR ROCHA GOMES	04/01/2016		-	-	-	-	11	28
	12. NELSON CARLOS OLIVEIRA DE PINA	04/01/2016		-	-	-	-	11	28
	13. JOCELINA CORREIA ALMEIDA	04/01/2016		-	-	-	-	11	28
	14. MARIA FELICIDADE TAVARES FERNANDES	04/01/2016		-	-	-	-	11	28
	15. ELOISA DE JESUS TAVARES	04/01/2016		-	-	-	-	11	28
	16. YGOR ALEXANDRE RODRIGUES PEREIRA	04/01/2016		-	-	-	-	11	28
	17. RONÍZIA DOS SANTOS COSTA DO ROSÁRIO	04/01/2016		-	-	-	-	11	28
	18. ELAINE ROSILHA FONSECA DA VEIGA	04/01/2016		-	-	-	-	11	28
	19. HENDRIX VARELA MONTEIRO	04/01/2016		-	-	-	-	11	28
	20. ZULEIKA FERNANDES GOMES	04/01/2016		-	-	-	-	11	28
	21. ANDREIA LEAL DOS REIS	04/01/2016		-	-	-	-	11	28
	22. RENI REINA RAMOS DELGADO	04/01/2016		-	-	-	-	11	28
	23. KATY CIBELE DOS SANTOS MIRANDA ¹⁴	04/01/2016		-	-	-	-	11	28
	24. AMECILDE BELCY VAZ VARELA ¹⁵	04/01/2016		-	-	-	-	11	28
	25. FLORBELA DE JESUS MENDES DA CUNHA ¹⁶	07/01/2016		-	-	-	-	11	25
	26. DANILSON DE JESUS MONTEIRO BENCHIMOL ¹⁷	03/03/2016		-	-	-	-	9	29
	27. VLADMIRO RODRIGUES LOPES	01/11/2016		-	-	-	-	2	-
	28. LITOS ALEKSSANDRO LIMA SOUSA	01/11/2016		-	-	-	-	2	-
	29. ELISABETE MARIA SEMEDO GOMES	01/11/2016		-	-	-	-	2	-
	30. ELSA SILVANA ALMEIDA FERNANDES	01/11/2016		-	-	-	-	2	-
	31. RUI JORGE RAMOS DA LUZ	01/11/2016		-	-	-	-	2	-
	32. ANA BELA DE CARVALHO FURTADO	01/11/2016		-	-	-	-	2	-
	33. SOLANGE TAVARES BARBOSA	01/11/2016		-	-	-	-	2	-
	34. EVANILSON ADÉRITO MENDES DOS SANTOS	01/11/2016		-	-	-	-	2	-
	35. FÁBIO JÚNIOR ASCENSÃO MONTEIRO	01/11/2016		-	-	-	-	2	-
	36. ORIANA LORENA SOUSA DUARTE SILVA	01/11/2016		-	-	-	-	2	-
	37. JANE GERUSA TEIXEIRA GOMES	01/11/2016		-	-	-	-	2	-
	38. MARIA FILOMENA RAMOS CABRAL	01/11/2016		-	-	-	-	2	-
	39. ANA RITA LOPES BAESSA	01/11/2016		-	-	-	-	2	-
	40. EDILSA SARA DA VEIGA VAZ	01/11/2016		-	-	-	-	2	-
	41. NEIDA ROSÂNGELA RODRIGUES CORREIA MIRANDA	01/11/2016		-	-	-	-	2	-
	42. JOÃO ISAÍAS VARELA VAZ	01/11/2016		-	-	-	-	2	-
	43. FILOMENO JOSÉ DA SILVA LOPES	01/11/2016		-	-	-	-	2	-
	44. DULCE HELENA TAVARES MONIZ MIRANDA	01/11/2016		-	-	-	-	2	-
	45. DANILO RICARDO DA CRUZ MARTINS	01/11/2016		-	-	-	-	2	-
	46. DILMA MARIA TAVARES DE SOUSA	01/11/2016		-	-	-	-	2	-

¹Em comissão ordinária de serviço na Inspeção do Ministério Público²Em comissão ordinária de serviço na Procuradoria-Geral da República³Em comissão ordinária de serviço no Conselho Superior do Ministério Público⁴Secretário Judicial em comissão ordinária de serviço na Procuradoria da República de Círculo de Sotavento⁵Secretário Judicial em comissão ordinária de serviço na Procuradoria da República da Comarca da Ribeira Grande⁶Secretário Judicial em comissão ordinária de serviço na Procuradoria da República da Comarca de Santa Catarina⁷Secretário Judicial em comissão ordinária de serviço na Procuradoria da República da Comarca de São Filipe⁸Secretário Judicial em comissão ordinária de serviço na Procuradoria da República de Círculo de Barlavento⁹Secretário Judicial em comissão ordinária de serviço na Procuradoria da República da Comarca do Tarrafal¹⁰Secretário Judicial em comissão ordinária de serviço na Procuradoria da República da Comarca do Porto Novo¹¹Em comissão ordinária de serviço no Tribunal Constitucional¹²Licença sem vencimento¹³Licença longa duração¹⁴Contrato a partir de 4 de Janeiro de 2016 e estágio probatório a partir de 1 de Novembro de 2016.¹⁵Contrato a partir de 4 de Janeiro de 2016 e estágio probatório a partir de 1 de Novembro de 2016.¹⁶Contrato a partir de 7 de Janeiro de 2016 e estágio probatório a partir de 1 de Novembro de 2016.¹⁷Contrato a partir de 3 de Março de 2016 e estágio probatório a partir de 1 de Novembro de 2016.

Extrato de deliberação nº 22/CSMP/2016/2017

De 24 de fevereiro de 2017

O Conselho Superior do Ministério Público reunido em sessão ordinária, no dia 24 de fevereiro de 2017, no uso da faculdade que a Constituição e a Lei lhe conferem, designadamente, a Lei nº 89/VII/2011, de 14 de fevereiro – que aprovou a orgânica do Ministério Público - (artigo 37º, nº 1, alínea h)], ao abrigo do artigo 50º, *in fine*, do Decreto-Lei nº 13/2006, de 13 de fevereiro, delibera:

Oficial de Diligências Andreia Leal dos Reis, colocada, por permuta, como efetiva, na Procuradoria da República da Comarca da Praia;

Oficial de Diligências Florbela de Jesus Mendes da Cunha, colocada, por permuta, como efetiva, na Procuradoria da República da Comarca de Santa Catarina.

O Presidente (Ass.) – *Oscar Silva dos Reis Tavares*

Está conforme o original:

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público na Praia, aos 2 de março de 2017. – O Secretário, *José Luís Varela Marques*.

—o§o—

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA JUDICIAL

Secretaria

Extrato de deliberação – Do Conselho Superior da Magistratura Judicial:

De 24 de fevereiro de 2017

Lista de antiguidade dos Magistrados Judiciais com referência a 31 de dezembro de 2016

Nº de ordem	Nomes	Categoria	Início da contagem de tempo	Interrupções	Tempo efectivo no cargo			Tempo efectivo na Magistratura		
					Anos	Meses	Dias	Anos	Meses	Dias
1	BENFEITO MOSSO RAMOS	Juiz Conselheiro	21-03-1987	1-7-2001 a 5-11-2002 a)	3	1	6	28	5	4
2	ANILDO MARTINS	Juiz Conselheiro	21-03-1985	1-5-86 a 19-5-89 e 29-12-98 a 17-2-2003 b)	3	1	6	25	2	22
3	JAIME FERREIRA TAVARES MIRANDA	Juiz Conselheiro	5-12-1987	-----	3	1	6	29	----- ---	26
4	MARIA TERESA ALVES ÉVORA BARROS	Juiz Conselheiro	1-11-1987	11-4-2003 a 08-04-2008 c)	3	1	6	24	2	3
5	MARIA DE FÁTIMA CORONEL	Juiz Conselheiro	05-12-1985		3	1	6	31	----- ---	26
6	MANUEL ALFREDO MONTEIRO SEMEDO	Juiz Conselheiro	12-11-1992	-----	3	1	6	24	1	19
7	JOÃO DA CRUZ GONÇALVES	Juiz Conselheiro	01-09-1994	-----	3	1	6	22	4	
8	SARA MARIA FREIRE DE ANDRADE RODRIGUES BOAL	Juiz Conselheiro	22-02-1986	-----	3	1	6	30	10	9
9	ARLINDO ALMEIDA MEDINA	Juiz Conselheiro	03-10-1995	A partir de 1-11-2015 d)	1	10	6	20	1	28
10	CIRCE DE AÇUCENA GOMES DE BRITO DA COSTA NEVES	Juiz Conselheiro	10-03-1997	1-5-2015 a 1-5-2016 e)	1	11	6	18	7	21
11	SIMÃO ANTÓNIO ALVES SANTOS	Juiz Desembargador	04-05-1998	-----	2	8	24	18	7	27
12	MARIA DAS DORES LIMA GOMES E SILVA	Juiz Desembargador	23-04-1988	-----	2	8	24	28	8	8
13	HELENA MARIA ALVES BARRETO	Juiz Desembargador	16-05-1992	-----	2	8	24	24	7	15
14	ZAIDA GISELA FONSECAL LIMA DA LUZ	Juiz Desembargador	10-11-2000	-----	2	8	24	16	1	21
15	ROSA CARLOTA MARTINS BRANCO VICENTE	Juiz Desembargador	24-09-1999	-----	2	8	24	17	3	7

16	JÚLIO SANCHES AFONSO	Juiz Desembargador	10-02-1997	-----	2	8	24	19	10	21
17	PEDRO MONTEIRO FREIRE DE ANDRADE	Juiz de Direito de 1ª Classe	01-10-1985	16-12-02 a 15-1-03; de 16-1-05 a 31-12-11 e a partir de 1-1-12 f)	4	8	19	20	2	
18	JANUÁRIA TAVARES SILVA MOREIRA COSTA	Juiz de Direito de 1ª Classe	28-11-1996	01-02-2001 a 21-03-2002 g)	2	---	19	18	11	13
19	RICARDO CLÁUDIO MONTEIRO GONÇALVES	Juiz de Direito de 1ª Classe	30-01-2001	-----	2	---	19	15	11	1
20	SAMYRA OLIVEIRA GOMES DOS ANJOS	Juiz de Direito de 1ª Classe	03-11-2000	-----	2	---	19	16	1	28
21	ANTERO CARLOS LUBRANO VARELA	Juiz de Direito de 1ª Classe	24-11-2000	-----	2	---	19	16	1	7
22	ANA FILOMENA LIVRAMENTO DOS REIS	Juiz de Direito de 1ª	03-05-1999 h)	-----	2	---	19	17	7	28
23	AFONSO DELGADO LIMA	Juiz de Direito de 2ª Classe	01-07-1997 i)	-----	11	1	6	19	6	----- ---
24	MANUEL DO CARMO MORENO	Juiz de Direito de 2ª Classe	01-09-1994	-----	10	2	28	22	4	----- ---
25	BERNARDINO DUARTE DELGADO	Juiz de Direito de 2ª Classe	03-06-2002 j)	-----	7	8	23	14	6	28
26	SEBASTIÃO MENDES DE PINA	Juiz de Direito de 2ª Classe	01-07-1997 k)	-----	7	5	3	19	6	----- ---
27	EMÍLIO MOREIRA XAVIER	Juiz de Direito de 2ª Classe	08-07-1999	17-10-2007 a 31-01-2008, e a partir de 1-04-2009 l)	2	2	12	9	5	7
28	AMÂNDIO HONÓRIO DE JESUS DELGADO DE BRITO	Juiz de Direito de 2ª Classe	08-01- 2004	A partir de 28-10-2016 m)	5	10	11	11	11	23
29	FAUSTINO VARELA MONTEIRO	Juiz de Direito de 2ª Classe	06-01-2004	31-10-11 a 31-10-14 e a partir de 31-10-14 n)	1	8	11	7	9	25
30	ARY ALLISON SPENCER SANTOS	Juiz de Direito de 2ª Classe	17-03- 2006	-----	3	1	21	10	9	14
31	EVANDRO JOÃO TANCREDO ROCHA	Juiz de Direito de 2ª classe	30-03-2006	-----	3	1	21	10	9	1
32	MANUEL DE JESUS LOPES CABRAL	Juiz de Direito de 3ª Classe	02-05-1990	1-06-2009 a 14-11- 2016 o)	19	2	-	19	2	17
33	MANUEL DO ROSÁRIO SPENCER ANDRADE	Juiz de Direito de 3ª Classe	05-12-1996	-----	20	-----	26	20	-----	26
34	EVELISE NATALINA AZEVEDO MONTEIRO RIBEIRO	Juiz de Direito de 3ª Classe	28-11-2002	-----	14	1	3	14	1	3
35	ÂNGELA CRISTINA MARQUES RODRIGUES	Juiz de Direito de 3ª Classe	01-10-2003 p)	15-12-2008 a 16-4-2010 q)	11	10	29	11	10	29

36	CLÓVIS ISILDO BARBOSA DA SILVA	Juiz de Direito de 3ª Classe	22-01-2004	A partir de 20-2-2009 r)	5	-	29	5	-----	29
37	ANILSON VAZ DE CARVALHO SILVA	Juiz de Direito de 3ª Classe	03-01-2007 s)	-----	9	11	29	9	11	29
38	HELDER MAURÍCIO LOPES	Juiz de Direito de 3ª Classe	11-07-2007	-----	9	5	21	9	5	21
39	MARIA DO ROSÁRIO LOPES PEREIRA †)	Juiz de Direito de 3ª Classe	23-07-2007		9	5	9	9	5	9
40	CLAUDIA ARIANA SILVA LOPES	Juiz de Direito de 3ª Classe	10-08-2007	-----	9	4	22	9	4	22
41	ALCIDES GOMES ANDRADE	Juiz de Direito de 3ª Classe	13-08-2007	-----	9	4	19	9	4	19
42	ANTERO LÚCIO LOPES TAVARES	Juiz de Direito de 3ª Classe	18-04-2008	-----	8	8	14	8	8	14
43	FILOMENO ROCHA AFONSO	Juiz de Direito de 3ª Classe	07-10-2008	-----	8	2	25	8	2	25
44	MIRTA MARIA ANDRADE GUIDO BOAVENTURA	Juiz de Direito de 3ª Classe	14-11-2009	-----	7	1	17	7	1	17
45	SARA ISABEL FERREIRA	Juiz de Direito de 3ª Classe	18-11-2009	-----	7	1	13	7	1	13
46	CARLOS ALBERTO SOUSA SANCHES	Juiz de Direito de 3ª Classe	05-11-2010	-----	6	1	26	6	1	26
47	ALDINO FORTES FERRER SANTOS	Juiz de Direito de 3ª Classe	09-11-2010	-----	6	1	22	6	1	22
48	IDALÉCIO ROBERTO SANTOS	Juiz de Direito de 3ª Classe	07-11-2012	-----	2	2	14	4	1	24
49	ADALGIZA MILÉNE PERPÉTUA DOS SANTOS	Juiz de Direito de 3ª Classe	07-11-2012	-----	2	2	14	4	1	24
50	PAULO JORGE SANTOS AIRES	Juiz de Direito de 3ª Classe	07-11-2012	-----	2	2	14	4	1	24
51	IVANILDA MASCARENHAS VARELA	Juiz de Direito de 3ª Classe	07-11-2012	-----	2	2	14	4	1	24
52	EMILIANA SILVA BRANCO MENDES	Juiz de Direito de 3ª Classe	07-11-2012	-----	2	2	14	4	1	24
53	NIDIANINO ROMARITO SANTANA DE BRITO	Juiz de Direito de 3ª Classe	07-11-2012	-----	2	2	14	4	1	24
54	PEDRO RICARDO VERISSÍMO FREIRE DE ANDRADE	Juiz de Direito de 3ª Classe	11-12-2012	-----	2	2	13	4	-----	20
55	DAYLEN BENILDE ARAÚJO DO LIVRAMENTO	Juiz Assistente	01-10-2015 u)	-----	1	2	30	1	2	30

56	RAIMUNDO MARTINS TAVARES	Juiz Assis- tente	01-10- 2015 u)	-----	1	2	30	1	2	30
57	CLÁUDIA LANY BETTENCOURT DA VEIGA	Juiz Assis- tente	01-10-2015 u)	-----	1	2	30	1	2	30
58	LEONEL CARVALHAL PIRES	Juiz Assis- tente	01-10-2015 u)	-----	1	2	30	1	2	30
59	ANDIR CÉSAR RODRIGUES BARBOSA	Juiz Assis- tente	01-10-2015 u)	-----	1	2	30	1	2	30
60	DONACIANO BÉRTILO COSTA DUARTE	Juiz Assis- tente	01-10-2015 u)	-----	1	2	30	1	2	30
61	RUTH HELENA BARROS LIMA SANTOS	Juiz Assis- tente	01-10-2015 u)	-----	1	2	30	1	2	30

OBS:

- a) Licença sem vencimento por 90 dias, seguido de licença sem vencimento de longa duração, a qual viria a ser substituída por licença sem vencimento para exercício de funções no âmbito da Missão da Organização das Nações Unidas em Timor Leste;
- b) Período que mediou entre a sua exoneração como Juiz de Direito e a data em que voltaria a ser nomeado no mesmo cargo, acrescido do tempo de licença sem vencimento de longa duração;
- c) Licença sem vencimento de longa duração;
- d) Licença sem vencimento por 90 dias seguido de licença sem vencimento até três anos;
- e) Licença sem vencimento por um ano;
- f) Licença sem vencimento por 30 (trinta) dias, licença sem vencimento para exercício de funções no quadro da Missão da ONU em Timor Leste, seguido de licença de longa duração.
- g) Licença sem vencimento de longa duração;
- h) iniciou funções de Magistrado do Ministério Público, após o que transitou para a Magistratura Judicial no quadro da intercomunicabilidade entre as duas carreiras, tendo sido empossado Juiz de Direito em 1 de Julho de 2002;
- i) iniciou funções de Magistrado do Ministério Público, após o que transitou para a Magistratura Judicial no quadro da intercomunicabilidade entre as duas carreiras, tendo sido empossado Juiz de Direito em 30 de Maio de 2009.
- j) iniciou funções de Magistrado do Ministério Público, após o que transitou para a Magistratura Judicial no quadro da intercomunicabilidade entre as duas carreiras, tendo sido empossado Juiz de Direito em 18 de Novembro de 2005;
- k) iniciou funções de Magistrado do Ministério Público, após o que transitou para a Magistratura Judicial no quadro da intercomunicabilidade entre as duas carreiras, tendo sido empossado Juiz de Direito em 4 de Março de 2005;
- l) Período em que por motivos disciplinares, suspendeu o exercício de funções até três anos, seguido de licença de longa duração;
- m) Aposentação compulsiva.
- n) Licença sem vencimento até três anos, seguida de licença de longa duração.
- o) Licença sem vencimento de longa duração.
- p) iniciou funções de Magistrado do Ministério Público, após o que transitou para a Magistratura Judicial no quadro da intercomunicabilidade entre as duas carreiras, tendo sido empossada Juiz de Direito em 15 de Outubro de 2007;
- q) Licença sem vencimento de longa duração.
- r) Licença sem vencimento de longa duração;
- s) iniciou funções de Magistrado do Ministério Público, após o que transitou para a Magistratura Judicial no quadro da intercomunicabilidade entre as duas carreiras, tendo sido empossado Juiz de Direito em 4 de Junho de 2009;
- t) em comissão de serviço de natureza judicial como Presidente da Comissão Nacional de Eleições
- u) Juizes Assistentes no Tribunal Judicial da Comarca da Praia

Ass.) *Maria Teresa Évora Barros* – Presidente.

Está conforme

Secretaria do Conselho Superior da Magistratura Judicial, aos 24 de Fevereiro do ano dois mil e dezassete. – O Secretário, *Joaquim Semedo*

Extrato de deliberação – Do Conselho Superior da Magistratura Judicial:

De 24 de fevereiro de 2017

Lista de antiguidade dos juizes adjuntos do quadro da magistratura judicial reportada à data de 31 de dezembro de 2016

Nº de ordem	Nomes	Categoria	Início da contagem de tempo	Interrupções	Tempo efectivo no cargo			Tempo efectivo na Magistratura		
					ANOS	MESES	DIAS	ANOS	MESES	DIAS
1	LEONEL RODRIGO GOMES TAVARES	Juiz Adjunto Principal	26-03-1988	-----	6	11	12	27	9	5
2	JOÃO DE CARVALHO ROCHA	Juiz Adjunto de 2ª Classe	15-07-1992	01 a 20-10-97 e 20-07-2000 a 28-02-2007 a)	1	7	2	16	9	21

OBS:

- a) Período de suspensão do exercício de funções

As.) *Maria Teresa Évora Barros* – Presidente.

Está conforme

Secretaria do Conselho Superior da Magistratura Judicial, aos 24 de Fevereiro do ano dois mil e dezassete. – O Secretário, *Joaquim Semedo*

Extracto de despacho n.º 01/2017 – De S. Ex^a a Presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial:

De 8 de Fevereiro de 2017:

Alicia Amariles Almada dos Santos, licenciada em administração, candidata aprovada em concurso, nomeada provisoriamente para desempenhar as funções de técnica nível I, na Direção dos Serviços Administrativos e Financeiros do Conselho Superior da Magistratura Judicial, ao abrigo do previsto no n.º 1, do artigo 37º do Decreto-Lei n.º 9/2013, de 26 de fevereiro, n.º 1 do artigo 13º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de dezembro, conjugados com o n.º 1 do artigo 49º da Lei n.º 42/VII/2009, de 27 de julho.

Está conforme.

Extracto de despacho n.º 02/2017 – De S. Ex^a a Presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial:

De 8 de Fevereiro de 2017:

José Jorge Vieira Moreira, licenciado em sociologia, contratado, nos termos das disposições conjugadas dos artigos 24º n.º 1 e 25º n.º 1 e 3, todos da Lei n.º 42/VII/2009, de 27 de julho e, ao abrigo do artigo 24º n.º 3 alínea a), da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de dezembro, para, em regime de contrato de trabalho a termo certo, exercer o cargo de técnico nível I, da Direção dos Recursos Humanos e Informação Jurídica do Conselho Superior da Magistratura Judicial.

Está conforme.

Estas despesas têm cabimentação na rubrica – 02.01.01.01.02 – pessoal do quadro do Conselho Superior da Magistratura Judicial. – (Visados pelo Tribunal de Contas em 23 de fevereiro de 2017).

Secretaria do Conselho Superior da Magistratura Judicial, na Praia, aos 2 de Março de 2017. – O Secretário, *Joaquim Semedo*.

PARTE E

AUTORIDADE REGULADORA DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS

Conselho de Administração

Rectificação n.º 53/2017

Por ter sido publicada de forma inexacta, no *Boletim Oficial* n.º 10, II Série, de 2 de Março, a comunicação referente ao regresso ao quadro de origem de Manuel Mendes Garcia, rectifica-se:

Onde se lê:

Manuel Mendes Garcia, técnico superior, referência 13, quadro da ARAP, que se encontra de licença sem vencimento pelo

período de um ano, conforme a Deliberação n.º 1/2016 de 8 de Fevereiro, publicado no *Boletim Oficial* n.º 8, II Série, de 24 de Fevereiro, regressa ao quadro de origem com efeito a partir de 1 de Março de 2017;

Deve-se ler:

Manuel Socorro de Pina Mendes Garcia, técnico superior, referência 13, quadro da ARAP, que se encontra de licença sem vencimento pelo período de um ano, conforme a Deliberação n.º 1/2016 de 8 de Fevereiro, publicado no *Boletim Oficial* n.º 8, II Série, de 24 de Fevereiro, regressa ao quadro de origem com efeito a partir de 1 de Março de 2017.

Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas, na Praia, aos 10 de Março de 2017. – O Conselho de Administração, *João Ilídio Tavares*.

PARTE G

MUNICÍPIO DA BRAVA

Câmara Municipal

Aviso n.º 9/2017

Avisa-se ao funcionário Carlos Andrade Rodrigues, apoio operacional nível III da Câmara Municipal da Brava, que contra o mesmo foi instaurado processo disciplinar especial, por abandono de lugar e, que lhe é concedido o prazo máximo de 30 dias, para apresentar a sua defesa, após o qual será formalizada a pena.

Câmara Municipal da Brava, aos 16 de fevereiro de 2017. – O Presidente, *Orlando da Luz Vieira Balla*.

—o—

MUNICÍPIO DA PRAIA

Câmara Municipal

Deliberação n.º 53/2016

De 8 de dezembro

Que autoriza a Câmara Municipal da Praia a ceder tractos de terrenos em Meio de Achada de Santo António, Ponta de Água,

Pau de Bandeira e Sentina Nhu Domingo no Plateau, ao Grupo KHYM NEGOCE LDA, para a requalificação de zonas urbanas degradadas, em regime de parceria público-privada

Na sequência do Concurso Público para alienação de lote de terreno do Sucupira na Fazenda realizada pela Câmara Municipal da Praia, autorizada através da Deliberação da Assembleia Municipal n.º 1/2016, publicada no *Boletim Oficial* n.º 25, II Série, de 24 de Maio de 2016, o vencedor do concurso Grupo KHYM NEGOCE LDA, apresentou, de acordo com as exigências do concurso, várias propostas de projecto de parceria público-privada para a requalificação de zonas urbanas degradadas na Cidade da Praia a precisar de intervenção.

Com base nessa deliberação, as referidas propostas serão autorizadas e materializadas mediante Deliberação da Câmara Municipal da Praia;

Considerando a confirmação de interesse nas propostas apresentadas;

A Câmara Municipal da Praia, ao abrigo da Deliberação da Assembleia Municipal n.º 1/2016, publicada no *Boletim Oficial* n.º 25, II Série, de 24 de Maio de 2016 e com base no Relatório de avaliação de concurso público devidamente homologado, na sua sessão ordinária de 8 de Dezembro de 2016, deliberou o seguinte:

Artigo 1º

Autorização

1. É autorizada à Câmara Municipal da Praia a ceder a favor do Grupo KHYM NEGOCE LDA, no quadro de uma parceria público-privada, os seguintes terrenos nas seguintes condições:

Localização	Lote	Área total de Intervenção(m2)	Área coberta (m2)	Uso	Valor Terreno
Meio de Achada de Santo António		1.149,70	927,70	Misto	5.173.650\$00
Ponta de Água		12.917	1.972,30	Misto	9.686.494\$00
Pau de Bandeira - Plateau		1.481	963	Misto	8.886.000\$00
Sentina Nhu Domingo - Plateau		1.252,80	858,90	Misto	10.022.400\$00

2. Os valores de terreno foram determinados de acordo com a Deliberação da CMP nº 44/2013, de 24 de Outubro, que estabelece os preços e a fórmula de cálculo de ampliações e mudanças de uso, acrescido de IUP e de custas de terreno.

3. Os projectos serão implantados nas áreas indicadas nos Esquemas de Enquadramento Urbanístico em anexo.

4. Os terrenos cedidos não podem ser usados para outro fim que não os estabelecidos nos usos indicados no nº 1.

Artigo 2º

Parceria

1. A cedência dos terrenos concretiza-se através de assinatura de contrato de compra e venda entre a Câmara Municipal da Praia, representada pelo seu Presidente e pelo Notário Municipal e o Promotor, conforme consta do nº 1.

2. Os contratos dos terrenos relativos a Pau de Bandeira e Sentina Nhu Domingo, ambos no Plateau, serão na modalidade de pronto pagamento, de acordo com a Deliberação da Câmara Municipal da Praia nº 42/2014, de 23 de Dezembro, que especifica as condições a observar na cedência de terrenos municipais.

3. Os contratos dos terrenos relativos a Meio de Achada de Santo António e Ponta de Água serão feitos através de acerto de contas entre a CMP e o Grupo KHYM NEGOCE LDA, no âmbito dos trabalhos de requalificação das zonas envolventes de cada projecto referidos no nº 4 deste artigo, ficando as transacções dos terrenos referidos neste número, isentas de IUP no âmbito da presente parceria.

4. O Grupo KHYM NEGOCE LDA compromete-se a financiar a requalificação das áreas envolventes de todos os terrenos cedidos, em especial os de Meio de Achada de Santo António e Ponta de Água, obras essas que incluem praças públicas, parque de estacionamento público, passeios, espaços verdes e outros arranjos exteriores, equipamentos e mobiliários urbanos a integrar no projecto da obra, num valor nunca inferior aos valores de terreno apresentados no nº 1 do artigo 1º, para Meio de Achada de Santo António e Ponta de Água.

Artigo 3º

Concepção, projecto e construção da obra

O promotor é responsável pela concepção, projecto, financiamento, construção e manutenção das obras e equipamentos relacionados com o empreendimento.

Artigo 4º

Início da construção e da exploração

1. O promotor deverá apresentar para aprovação da Direcção do Urbanismo da Câmara Municipal da Praia, o projecto de arquitectura dos empreendimentos, no prazo máximo de 180 dias a contar da data da assinatura do contrato de cedência de terreno.

2. A construção dos empreendimentos deve obrigatoriamente ter início até 180 dias após a aprovação do projecto final da obra.

3. O prazo para a construção dos empreendimentos deverão ser:

- Meio de Achada de Santo António: 3 anos após assinatura do contrato
- Ponta de Água: 2 anos após assinatura do contrato
- Pau de Bandeira - Plateau: 5 anos após assinatura do contrato
- Sentina Nhu Domingo - Plateau: 5 anos após assinatura do contrato

4. O não cumprimento dos prazos referidos nos números anteriores, por causas imputadas ao promotor, é motivo de rescisão do contrato por parte do concedente.

5. A contagem do prazo poderá ser suspensa, mediante ocorrência dos seguintes casos de força maior justificados, por escrito, pelo superficiário:

- a) Factores de ordem natural ou climáticas;
- b) Imposições legais;
- c) Constrangimentos conjunturais de ordem política, social ou económica devidamente fundamentados quanto ao seu impacto na viabilidade do empreendimento.

Artigo 5º

Capacidade financeira

Para efeito de assinatura do contrato, o promotor do projecto deve demonstrar capacidade financeira para a realização dos investimentos mediante apresentação de documentos comprovativos, conforme previstos no artigo 57º do Regulamento das Aquisições Públicas.

Artigo 6º

Entrada em vigor

A presente deliberação entra em vigor imediatamente.

Publique-se.

Anexo

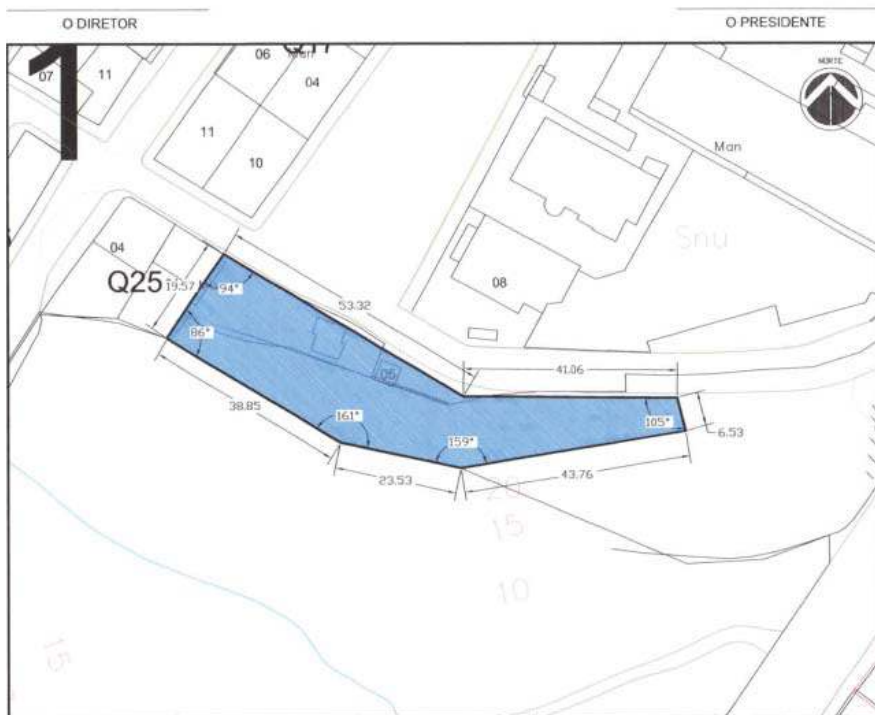


Escala: 1:2000
 C.M.P. Este documento não constitui o compromisso de título de propriedade, representando apenas a localização e o enquadramento urbanístico.
 * Medidas devem ser confirmadas no local.



CÂMARA MUNICIPAL DA PRAIA
D P T - Direcção de Planeamento Territorial

ESQUEMA DE ENQUADRAMENTO URBANÍSTICO



Zona:	Praia Centro
Bairro:	Plateau
Nº de bairro:	0201
Nº de processo:	...
Nome:	Camara Municipal da Praia
Refª Cadastral:	...
Área Total:	1.481,40 m ² *
Pisos acima do solo:	3 pisos (10 m) - I.O. 15%
Pisos abaixo do solo:	2 pisos (6 m)
Finalidade:	Praça Miradouro / Turismo
Data:	05-02-2016



Escala: 1:2000

OBS: Este documento não substitui o comprovativo de título de propriedade. Representa simplesmente a localização e o enquadramento urbanístico.
* Medidas devem ser confirmadas no local.



CÂMARA MUNICIPAL DA PRAIA
D P T - Direcção de Planeamento Territorial

ESQUEMA DE ENQUADRAMENTO URBANÍSTICO



Zona:	Praia Centro
Bairro:	Plateau
Nº de bairro:	0201
Nº de processo:	...
Nome:	Khym Negoce Lda
Refª Cadastral:	...
Área Total:	1.252,80 m ² *
Área Coberta:	1.252,80 m ²
Área Galeria:	393,90 m ²
Altura máxima:	30m (cota plateau)
Finalidade:	Praça Miradouro / Turismo
Data:	08-12-2016



Escala: 1:1000

OBS: Este documento não substitui o comprovativo de título de propriedade. Representa simplesmente a localização e o enquadramento urbanístico.
* Medidas devem ser confirmadas no local.



CÂMARA MUNICIPAL DA PRAIA
D P T - Direcção de Planeamento Territorial

ESQUEMA DE ENQUADRAMENTO URBANÍSTICO



Câmara Municipal da Praia, ao 8 de Dezembro de 2016. – O Presidente, *Óscar Humberto Évora Santos*

Deliberação nº 04/2017

De 3 de fevereiro

Que dá por finda a comissão de serviço de Emarilis Euda de Fátima Chantre Lopes no cargo de Chefe de Divisão de Gestão dos Espaços Públicos na Direcção de Infraestruturas e Transportes

A Câmara Municipal da Praia, reunida no dia 2 de fevereiro de 2016, na sua reunião ordinária, deliberou ao abrigo do artigo 92º/2 alínea d) da Lei nº 134/IV/95, de 3 de julho:

Artigo 1º

Fim da comissão de serviço

É dada por finda a comissão de serviço de Emarilis Euda de Fátima Chantre Lopes no desempenho do Cargo de Chefe de Divisão de Gestão dos Espaços Públicos na Direcção de Infraestruturas e Transportes da Câmara Municipal da Praia.

Publique-se

Câmara Municipal da Praia, aos 2 de fevereiro de 2017. – O Presidente, *Óscar Humberto Évora Dos Santos*

—oço—

MUNICÍPIO DO PORTO NOVO

Câmara Municipal

Extracto de deliberação nº 05/2017

De 27 de janeiro

Por urgente conveniência de serviço, e para satisfazer as necessidades inadiáveis na área do Planeamento, Orçamento e Gestão, é nomeado

<https://kiosk.incv.cv>

em regime de substituição para o exercício do cargo de Diretora do Planeamento, Orçamento e Gestão, Maria do Rosário Silva Lopes, técnico nível I do quadro de pessoal da Câmara Municipal do Porto Novo, ao abrigo do artigo 33º do Decreto-lei nº 59/2014, com efeito a partir do dia 1 de fevereiro de 2017.

Extracto de deliberação nº 06/2017

De 27 de janeiro

Por urgente conveniência de serviço, e para satisfazer as necessidades inadiáveis na área do Ordenamento do Território, Urbanismo e Obras, é nomeado em regime de substituição para o exercício do cargo de Diretor do Ordenamento do Território, Urbanismo e Obras, Orlando Mário Conceição Fonseca, técnico nível I do quadro de pessoal da Câmara Municipal do Porto Novo, ao abrigo do artigo 33º do Decreto-lei nº 59/2014, com efeito a partir do dia 1 de fevereiro de 2017;

Extracto de deliberação nº 07/2017

De 27 de janeiro

Por urgente conveniência de serviço, e para satisfazer as necessidades inadiáveis na área do Ambiente, Saneamento, Energia e Proteção Civil, é nomeado em regime de substituição para o exercício do cargo de Diretor do Ambiente, Saneamento, Energia e Proteção Civil, Elísio Almeida Santos, assistente técnico nível VIII do quadro de pessoal da Câmara Municipal do Porto Novo, ao abrigo do artigo 33º do Decreto-lei nº 59/2014, com efeito a partir do dia 1 de fevereiro de 2017.

Extracto de deliberação nº 08/2017

De 27 de janeiro

Por urgente conveniência de serviço, e para satisfazer as necessidades inadiáveis na área de Inclusão Social, Família e Saúde, é nomeado

68459B27-0320-4C26-B3D9-5D85C827D3E2

em regime de substituição para o exercício do cargo de Diretor de Inclusão Social, Família e Saúde, Delson Fernandes Delgado Neves, técnico nível I do quadro de pessoal da Câmara Municipal do Porto Novo, ao abrigo do artigo 33º do Decreto-lei nº 59/2014, com efeito a partir do dia 1 de Fevereiro de 2017.

Extracto de deliberação nº 09/2017

De 27 de janeiro

Por urgente conveniência de serviço, e para satisfazer as necessidades inadiáveis na área do abastecimento de água, é nomeado em regime de substituição para o exercício do cargo de Diretor do Serviço Autónomo de Água e Saneamento, Jorge de Fátima Veríssimo Pires, técnico nível I do quadro de pessoal da Câmara Municipal do Porto Novo, ao abrigo do artigo 33º do Decreto-lei nº 59/2014, com efeito a partir do dia 1 de fevereiro de 2017.

Câmara Municipal do Porto Novo, aos 27 de janeiro de 2017. – O Presidente, *Aníbal Azevedo Fonseca*.

o§o

MUNICÍPIO DA RIBEIRA BRAVA

Câmara Municipal

Deliberação nº 08/2016

A Câmara Municipal da Ribeira Brava, reunida na sua 3ª sessão ordinária do dia 9 de novembro de 2016, no uso das suas faculdades legais deliberou, nomear o técnico sénior, nível I, Emanuel Almeida Cabral, para exercer, em comissão ordinária de serviço, nível IV, o cargo de Diretor do Gabinete de Cooperação e Planeamento.

Os encargos serão suportados pela dotação inscrita na classificação económica 02.01.01.01.01 – Gabinete do Presidente – do Orçamento Municipal vigente. – Fica isento de visto do Tribunal de Contas.

Câmara Municipal da Ribeira Brava, aos 9 de novembro de 2016. – O Presidente, *Pedro José Silva Morais*.

Deliberação nº 10/2016

A Câmara Municipal da Ribeira Brava, reunida na sua 5ª sessão ordinária do dia 30 de dezembro de 2016, no uso das suas faculdades legais deliberou, nomear a arquitecta Ercilia Maria Nascimento Lopes, para exercer, em comissão ordinária de serviço, nível IV, o cargo de Directora do Gabinete Técnico da referida Câmara Municipal.

A presente deliberação produz efeitos a partir do dia 2 de janeiro de 2017.

Os encargos serão suportados pela dotação inscrita na classificação económica 02.01.01.01.01, Gabinete Técnico, do Orçamento Municipal vigente. – Fica isento de visto do Tribunal de Contas.

Câmara Municipal da Ribeira Brava, aos 30 de dezembro de 2016. – O Presidente, *Pedro José Silva Morais*.

Extracto de despacho nº 313/2017 – De S. Exª o Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava:

De 19 de setembro de 2016:

Nos termos do artigo 8º, nº 1, al. a), do Decreto-Lei nº 49/2014, de 10 de setembro, que estabelece o estatuto do pessoal do quadro especial da Administração Pública, é dada por finda a comissão de serviço de Dóris J. Pires da Luz, como assessora do Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava.

O presente despacho produz efeitos a partir do dia 29 de setembro de 2016.

Extracto de despacho nº 314/2017 – De S. Exª o Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava:

De 19 de setembro de 2016:

Nos termos do artigo 8º, nº 1, al. a), do Decreto-Lei nº 49/2014, de 10 de setembro, que estabelece o estatuto do pessoal do quadro

especial da Administração Pública, é dada por finda a comissão de serviço de Jacinto Borges, condutor pessoal do Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava, regressando ao cargo de origem como pessoal de apoio operacional, nível III.

O presente despacho produz efeitos a partir do dia 29 de setembro de 2016.

Extracto de despacho nº 315/2017 – De S. Exª o Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava:

De 19 de setembro de 2016:

Nos termos do artigo 8º, nº 1, al. a), do Decreto-Lei nº 49/2014, de 10 de setembro, que estabelece o estatuto do pessoal do quadro especial da Administração Pública, é dada por finda a comissão de serviço de Natalina Fortes Silva, como Directora do Gabinete do Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava, regressando ao cargo de origem como Técnico Sénior, Nível I.

O presente despacho produz efeitos a partir do dia 29 de setembro de 2016.

Extracto de despacho nº 316/2017 – De S. Exª o Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava:

De 19 de setembro de 2016:

Nos termos do artigo 8º, nº 1, al. a), do Decreto-Lei nº 49/2014, de 10 de setembro, que estabelece o estatuto do pessoal do quadro especial da Administração Pública, é dada por finda a comissão de serviço de Vivalda Donanciana de Brito Duarte, como secretária pessoal do Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava.

O presente despacho produz efeitos a partir do dia 29 de setembro de 2016.

Extracto de despacho nº 317/2017 – De S. Exª o Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava:

De 28 de setembro de 2016:

É rescindido o contrato de trabalho com Sandro Soares do Rosário, a seu pedido, a partir do dia 20 (vinte) de setembro de 2016, extinguindo assim a relação jurídico-laboral com a Câmara Municipal da Ribeira Brava.

Extracto de despacho nº 318/2017 – De S. Exª o Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava:

De 17 de outubro de 2016:

Alicia do Monte Lopes da Silva, licenciada em gestão hoteleira e turismo, nomeada nos termos do artigo 108º, nº 2, da Lei nº 134/IV/95, de 3 de Julho, que aprova o Estatuto dos Municípios, conjugado com o artigo 14º, al. b), da Lei nº 102/IV/93, de 31 de dezembro que define a Constituição, Modificação e Extinção da Relação Jurídica de Emprego na Administração Pública e com o artigo 3º do Decreto-Lei nº 49/2014, de 10 de Setembro, que estabelece o estatuto do pessoal do quadro especial da Administração Pública, para exercer, em comissão ordinária de serviço, nível I, o cargo de secretária pessoal do Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava.

O presente despacho produz efeitos a partir do dia 17 de outubro de 2016.

Extracto de despacho nº 319/2017 – De S. Exª o Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava:

De 24 de outubro de 2016:

Nos termos dos artigos 3º e 7º do Decreto-Lei nº 49/2014, de 10 de setembro, que estabelece o estatuto do pessoal do quadro especial da Administração Pública, fica por intermédio deste despacho nomeado o Jacinto Ramos Borges para exercer, em comissão ordinária de serviço, o cargo de condutor pessoal do Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava.

O presente despacho produz efeitos imediatos.

Extracto de despacho nº 320/2017 – De S. Exª o Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava:

De 27 de outubro de 2016:

Fernando Jorge Brito Fidalga, formado em História – Vertente Ensino – fica por intermédio deste despacho, nomeado nos termos

do artigo 108º, nº 2, da Lei nº 134/IV/95, de 3 de Julho, que aprova o Estatuto dos Municípios, conjugado com o artigo 14º, al. b), da Lei nº 102/IV/93, de 31 de dezembro que define a Constituição, Modificação e Extinção da Relação Jurídica de Emprego na Administração Pública e com o artigo 3º do Decreto-Lei nº 49/2014, de 10 de Setembro, que estabelece o estatuto do pessoal do quadro especial da Administração Pública, para exercer, em comissão ordinária de serviço, nível III, o cargo de Director do Gabinete do Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava.

O presente despacho produz efeitos a partir do dia 27 de outubro de 2016.

Extracto de despacho nº 321/2017 – De S. Exª o Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava:

De 27 de outubro de 2016:

Maria de Jesus Silva Conceição, licenciada, fica por intermédio deste despacho, nomeada nos termos do artigo 108º, nº 2, da Lei nº 134/IV/95, de 3 de Julho, que aprova o Estatuto dos Municípios, conjugado com o artigo 14º, al. b), da Lei nº 102/IV/93, de 31 de dezembro que define a Constituição, Modificação e Extinção da Relação Jurídica de Emprego na Administração Pública e com o artigo 3º do Decreto-Lei nº 49/2014, de 10 de Setembro, que estabelece o estatuto do pessoal do quadro especial da Administração Pública, para exercer, em comissão ordinária de serviço, nível III, o cargo de assessora do Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava.

O presente despacho produz efeitos a partir do dia 27 de outubro de 2016.

Os encargos serão suportados pela dotação inscrita na classificação económica 02.01.01.01.01, Gabinete do Presidente, do Orçamento Municipal vigente. – Isento de visto do Tribunal de Contas, nos termos do nº 3 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 49/2014, de 10 de setembro, supra identificado.

Extracto de despacho nº 322/2017 – De S. Exª o Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava:

De 27 de outubro de 2016:

É dada por finda a comissão de serviço de Josefa Helena Gomes da Graça, como chefe de Divisão dos Recursos Humanos, nível II, por não haver norma permissiva legal no novo PCCS (Decreto-Lei 9/2013, de 26 de fevereiro), que permita a recondução no cargo.

Provisoriamente, fica por intermédio deste despacho autorizado à Josefa Helena Gomes da Graça a continuidade do exercício das suas funções na área dos Recursos Humanos, na categoria que detém - técnico nível III.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de novembro de 2016.

Extracto de despacho nº 323/2017 – De S. Exª o Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava:

De 17 de novembro de 2016:

É dada por finda a comissão de serviço de Armando da Cruz Zego, como chefe de secção nível I, da Oficina Mecânica do Gabinete Técnico, por não haver norma permissiva legal no novo PCCS (Decreto-Lei 9/2013 de 26 de fevereiro), que permita a recondução no cargo.

Provisoriamente, fica por intermédio deste despacho autorizado ao Armando da Cruz Zego a continuidade do exercício das suas funções na Oficina Mecânica, na categoria que detém - apoio operacional IV.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de novembro de 2016.

Extracto de despacho nº 324/2017 – De S. Exª o Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava:

De 17 de novembro de 2016:

É dada por finda a comissão de serviço de Felipa Maria Duarte, como chefe de secção nível I, dos impostos taxas e licenças, por não haver norma permissiva legal no novo PCCS (Decreto-Lei nº 9/2013, de 26 de fevereiro), que permita a recondução no cargo.

Provisoriamente, fica por intermédio deste despacho autorizado à Felipa Maria Duarte a continuidade do exercício das suas funções na área dos impostos taxas e licenças, na categoria que detém - apoio operacional IV.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de novembro de 2016.

Extracto de despacho nº 325/2017 – De S. Exª o Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava:

De 17 de novembro de 2016:

É dada por finda a comissão de Jovenal Neves Gonçalves, como chefe de Divisão do Património, nível II, por não haver norma permissiva legal no novo PCCS (Decreto-Lei nº 9/2013, de 26 de fevereiro), que permita a recondução no cargo.

Provisoriamente, fica por intermédio deste despacho autorizado ao Jovenal Neves Gonçalves a continuidade do exercício das suas funções na área do Património, na categoria que detém - técnico nível II.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de novembro de 2016.

Extracto de despacho nº 326/2017 – De S. Exª o Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava:

De 29 de dezembro de 2016:

É dada por finda a comissão de serviço de Adjuto Gomes de Sousa Ramos, como diretor do Gabinete Técnico da Câmara Municipal.

Assim, à luz do novo PCCS, aprovado pelo Decreto-Lei nº 9/2013, de 26 de fevereiro, regressa ao cargo de origem, transitando de Técnico-adjunto Principal, escalão E para assistente técnico nível VIII.

O presente despacho produz efeitos a partir de 30 de dezembro de 2016.

Dispensados de anotação pelo Tribunal de contas.

Câmara Municipal da Ribeira Brava, aos 29 de dezembro de 2016. – O Presidente, *Pedro José Silva Morais*.

—————oço—————

MUNICÍPIO DE SÃO SALVADOR DO MUNDO

Câmara Municipal

Extracto do despacho nº 327/2017 – De S. Exª o Presidente da Câmara Municipal de São Salvador do Mundo:

De 14 de Fevereiro de 2017:

Ao abrigo do artigo 45º número 1 alínea b), artigo 48º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de março que estabelece o regime jurídico de férias, faltas e licenças dos funcionários da Administração Pública é concedido, ao Fernando Monteiro de Carvalho, técnico sénior nível I da Câmara Municipal de São Salvador do Mundo, licença sem vencimento por um período de 1 (um) ano, com efeito a partir do dia 1 de abril de 2017.

Extracto do despacho nº 328/2017 – De S. Exª o Presidente da Câmara Municipal de São Salvador do Mundo:

De 22 de Fevereiro de 2017:

Ao abrigo do artigo 45º número 1 alínea b), artigo 48º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de março que estabelece o regime jurídico de férias, faltas e licenças dos funcionários da Administração Pública é concedido, ao Jair Mendes Landim, apoio operacional nível II da Câmara Municipal de São Salvador do Mundo, licença sem vencimento por um período de 1 (um) ano, com efeito a partir do dia 1 de março de 2017.

Câmara Municipal de São Salvador do Mundo aos 2 de março de 2017. – O Director de Gabinete, *Gil António Mendes Teixeira*

PARTE I 1**ASSEMBLEIA NACIONAL****Anúncio de concurso nº 10/2017****Concurso externo para o preenchimento de 1 vaga de Pessoal Operacional de nível II****Lista Provisória dos Candidatos Admitidos/Não Admitidos**

Admitido *

N.º	Candidato
1	Orlando Jorge Barreto Pereira dos Santos

* Admitido condicionalmente na condição de apresentar o documento que comprova experiência profissional na área de som no prazo de 5 dias a contar da data da publicação da lista provisória no *Boletim Oficial*.

Não Admitidos**

N.º	Candidatos
1	Carlos Jorge Santos Monteiro
2	Renato António Santos Veiga

** Não possuem experiência profissional na área de som/áudio legalmente exigida para o desempenho do cargo (ter conhecimento comprovado na área de áudio).

** Podem recorrer da exclusão da lista provisória no prazo de 5 dias, a contar da data da sua publicação no *Boletim Oficial*.

Praia, 28 de fevereiro de 2017.

O Presidente do Júri, Emanuel de Jesus Delgado Correia. Os Vogais, Edelson César Andrade Alves e José Luís Rodrigues Lima.

—o§o—

MUNICÍPIO DO MAIO**Câmara Municipal****Anúncio de concurso nº 11/2017**

A Câmara Municipal do Maio, torna publico que, de acordo com a sua deliberação nº 01/2017, de 17 de Janeiro, encontra-se aberto pelo prazo de 10 dias, a contar da data da publicação do presente anúncio, o concurso externo para o recrutamento de 1 técnico de recursos humanos nível I para a Direção de Administração, Finanças e Património, respetivamente.

O presente concurso externo é coordenado pelo Pelouro dos Recursos Humanos da Câmara Municipal do Maio, nos termos do disposto no artigo 49º da Lei nº 42/VII/2009, de 27 de julho, do artigo 20º do Decreto-Lei nº 9/2013, de 26 de fevereiro e da alínea b) do nº 3, do artigo 8º do Decreto lei nº 38/2015, de 29 de julho, tendo ainda em conta as disposições da Lei nº 102/IV/93, de 31 de dezembro, nos seguintes termos:

I. Requisitos para a admissão das candidaturas:

Técnico de recursos humanos nível I, para Direção de Administração, Finanças e Património

a) Nacionalidade cabo-verdiana;

b) Grau mínimo de licenciatura em Gestão de Recursos Humanos, Administração Autárquica ou áreas afins;

c) Idade compreendida entre os 18 e os 35 anos;

d) Idoneidade civil e moral;

e) Experiência profissional em ambiente municipal;

f) Domínio de ferramentas/software de importância para sua área;

g) Facilidade de relacionamento interpessoal e gosto de trabalho em equipa;

h) Disponibilidade imediata.

II. Designação da função e remuneração:

- Técnico nível I, com remuneração compatível com a função, de acordo com o Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) em vigor na Função Pública.

III. Tipo de vínculo

- Contrato de trabalho por termo determinado.

IV. Descrição de funções:***Técnico de Recursos Humanos Nível I***

Realizar atividades de natureza técnica especializada, nomeadamente na promoção de eficiência e eficácia dos recursos humanos da CMM. Elaborar relatórios de natureza técnica pertinentes no domínio dos recursos humanos. Analisar e equacionar problemas decorrentes da dinâmica administrativa. Propor medidas visando a solução de problemas detetados no setor dos recursos humanos e da administração pública no geral. Elaborar pareceres e participar em estudos, projetos e pesquisas na área da sua competência. Desempenhar funções de natureza executiva, no sentido da preparação da tomada de decisões.

V. Métodos de seleção:

a) Prova de Conhecimentos (PC) 70%

A Prova de Conhecimentos tem a ponderação de 70% para a classificação final. Serão aprovados os candidatos com classificação igual ou superior a 10 valores. A mesma é de natureza teórica, assume a forma escrita, de realização individual em suporte de papel, contendo questões de respostas diretas e de escolhas múltiplas. A duração máxima das provas de conhecimentos é de 2 horas. Na prova de conhecimentos é adaptada a escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas. A prova de conhecimento será realizada na data, hora e local a indicar mediante comunicação prévia aos candidatos admitidos no concurso.

b) Avaliação Curricular (AC) 30%

A Avaliação Curricular consiste na ponderação dos seguintes requisitos preferenciais exigidos para o cargo.

Formação Profissional-50%

Formação Complementar-15%

Experiência Profissional-35%

Obs. Os candidatos devem apresentar documentos que comprovem os factos atestados no curriculum sob pena de não valoração

VI. Classificação final

A classificação final será obtida através da seguinte fórmula:

$$CF = 0,70 TC + 0,30 AC$$

VII. Critérios de desempate:

São critérios de desempate por ordem preferência:

- Os previstos na Lei como preferenciais (portadores de deficiência);
- Maior valoração no método obrigatório (prova de conhecimento)
- Maior valoração nos outros métodos de seleção (curriculum);
- Outros (anos de experiência e formação profissional em áreas relevantes)

VIII. Formalização de candidaturas

As candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento dirigido a S. Ex^a o Senhor Presidente da Câmara Municipal do Maio, no prazo de 10 dias, contados da data da publicação do aviso de abertura do concurso e entregue na Secretaria através de um envelope fechado com referência “**Concurso para cargo de técnico nível I**”, ou enviadas por correio eletrónico heidmilson.frederico@cmm.gov.cv, até às 16 horas do último dia, acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Curriculum Vitae detalhado e atualizado;
- b) Cópia autenticada do certificado de habilitações literárias;
- c) Cópia autenticada de certificado de equivalência (quando aplicável);
- d) Cópia dos certificados de formação complementar;
- e) Comprovativo de experiência profissional;
- f) Declaração de NIF;
- g) Fotocópia de bilhete de identidade;
- h) Registo Criminal;
- i) Atestado médico e de vacina antitetânica.

Não serão aceites as Candidaturas:

- a) Apresentadas fora do prazo;
- b) Apresentadas sem todos os documentos exigidos.

IX. Publicação dos Resultados

Os resultados do concurso serão publicados no site da Câmara Municipal do Maio www.municipiodomaio.cv.

Serão publicadas as seguintes listas:

- a) Candidaturas recebidas;
- b) Candidaturas admitidas;
- c) Candidaturas não admitidas e respetivas justificações;
- d) Resultados obtidos em cada método de seleção;
- e) Resultado Final.

A consulta das listas e das informações publicadas é inteiramente da responsabilidade do candidato.

X. Reclamação e acesso à informação

As reclamações devem ser efetuadas no prazo máximo de (3) três dias após a publicação de cada lista e 5 (cinco) dias após a publicação da lista do resultado final. As respostas às reclamações deverão ser enviadas aos requerentes no prazo máximo de 15 (Quinze) dias

após a data da entrada das reclamações. Os candidatos podem ter acesso ao seu processo de candidatura, prova de conhecimentos, grelha de correção.

XI. Cessação e cancelamento do concurso

O concurso cessa com a ocupação da vaga constante na publicitação.

Na situação de inexistência ou insuficiência de candidatos cancela-se o concurso, dando lugar a abertura de um novo procedimento. Em casos excecionais, devidamente fundamentados, pode-se cancelar o concurso desde que não tenha sido ainda publicado o resultado final.

XII. Validade do concurso

O concurso é válido por 1 (ano) a contar da data da publicação do resultado final.

XIII. Júri do concurso

O júri do concurso é composto por:

- a) Heidmilson Frederico, Vereador do Pelouro dos Recursos Humanos -Presidente;
- b) Agnelo Jorge, Assessor do Presidente - Vogal;
- c) José Ribeiro, Secretário da Câmara Municipal - Vogal

XIV. Matéria exigível para a prova de conhecimento

1. Legislação:

- a) Constituição da República de Cabo Verde;
- b) Estatuto dos Municípios (Lei nº 134/IV/95, de 3 de julho);
- c) Lei de bases da Função Pública (Lei nº 42/VII/2009, de 27 de julho);
- d) Regime jurídico de constituição, modificação e extinção da relação jurídica de emprego na Administração Pública (Lei nº 102/IV/93, de 31 de dezembro);
- e) Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Função Pública (Decreto-Lei nº 9/2013, de 26 de fevereiro);
- f) Regime jurídico de férias, faltas e licenças dos funcionários da Administração Pública (Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de março).

2. Prova de conhecimentos teóricos

- a) Técnico de Recursos Humanos:
 - Teoria geral dos recursos humanos
 - Organização e gestão e planeamento dos recursos humanos;
 - Recrutamento e seleção de pessoal na Administração Pública;
 - Segurança, higiene e saúde no trabalho;
 - Relações laborais.

XV. Disposições finais

A data, a hora e o local da realização das provas deste concurso serão oportunamente comunicados, de acordo com cada fase do concurso.

Qualquer informação sobre o concurso poderá ser obtida através dos contactos 333 55 22, 333 55 24 ou 333 55 20.

Câmara Municipal do Maio, aos 25 de Janeiro de 2017. – O Presidente, *Miguel Rosa*



II SÉRIE
BOLETIM
OFICIAL

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

Endereço Electronico: www.incv.cv



Av. da Macaronésia, cidade da Praia - Achada Grande Frente, República Cabo Verde.
C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09
Email: kioske.incv@incv.cv / incv@incv.cv

I.N.C.V., S.A. informa que a transmissão de actos sujeitos a publicação na I e II Série do *Boletim Oficial* devem obedecer as normas constantes no artigo 28º e 29º do Decreto-Lei nº 8/2011, de 31 de Janeiro.



BOLETIM OFICIAL

ÍNDICE

PARTE J

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E TRABALHO:

Direcção-Geral dos Registos, Notariado e Identificação:

Extracto de publicação da associação n° 85/2017:

Certifica narrativamente para efeitos de publicação, uma associação denominada "ASSOCIAÇÃO CAMINHEIROS SEM FRONTEIRAS"..... 58

PARTE J**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E TRABALHO****Direcção-Geral dos Registos,
Notariado e Identificação****Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel
da Praia****Extracto de publicação de associação nº 85/2017:**

A CONSERVADORA: MARIA ALBERTINA TAVARES DUARTE

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo e nos termos do disposto na alínea b) do número 1 do artigo 9.º, da Lei número 25/VI/2003, de 21 de julho, foi constituída uma associação sem fins lucrativos denominada “ASSOCIAÇÃO CAMINHEIROS SEM FRONTEIRAS”, com sede em Palmarejo, Cidade da Praia, de duração indeterminada, com o patónimo inicial de vinte mil escudos, tendo por finalidades principais:

- a) Caminhar, praticar exercício físico, contactar, conhecer e compreender culturas, povos e geografias dentro e fora do país;
- b) Promover a preservação ambiental, a participação, a cidadania, o conhecimento, a cooperação e a interculturalidade;
- c) Potenciar a educação e sustentabilidade ambiental e o eco-consumo;
- d) Difundir a educação não formal, a animação sociocultural e as actividades de ar livre.

MESA DA ASSEMBLEIA:

Presidente: Maria Fernanda Tavares Fernandes.

Vice-Presidente: Pedro Miguel Marques Ribeiro.

Secretária: Sheila Suzanne Fonseca Costa.

Secretária: Iraní Maia Pereira.

CONSELHO DIRECTIVO:

Presidente: Carlos Alberto Costa da Cruz.

Vice-Presidente: Joaquina Lopes Moreno Tavares.

Vogal: Lucília dos Anjos Ferreira Semedo.

Vogal: Francisco Gomes Monteiro.

Vogal: Manuel Montrond Barros Alves.

CONSELHO FISCAL:

Presidente: Paulo César Cabral.

Vice-Presidente: Elsa Evanilda Vaz Almada.

Secretária: Maria de Fátima Neves Évora.

Duração do mandato: 03 (três) anos.

FORMA DE OBRIGAR: A Associação obriga-se:

- 1) Pela assinatura conjunta de dois membros da Direcção, sendo a do Presidente obrigatória;
- 2) Nos atos de mero expediente basta a assinatura de qualquer membro da Direcção.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, aos 3 de março de 2017. – A Conservadora, *Maria Albertina Tavares Duarte*.
**II SÉRIE
BOLETIM
OFICIAL**

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

Endereço Electronico: www.incv.cv

Av. da Macaronésia, cidade da Praia - Achada Grande Frente, República Cabo Verde.
C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09
Email: kioske.incv@incv.cv / incv@incv.cv

I.N.C.V., S.A. informa que a transmissão de actos sujeitos a publicação na I e II Série do *Boletim Oficial* devem obedecer as normas constantes no artigo 28º e 29º do Decreto-Lei nº 8/2011, de 31 de Janeiro.